

D
05754
M.5606

LUIZ ANTÔNIO ABRANTES

T657.863
ABR
IUP

**TIPIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS
ATRAVÉS DA UTILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Mestrado em Administração Rural, área de concentração em Administração da Empresa Rural, para obtenção do título de "Mestre".

Orientador

Prof. LUIZ MARCELO ANTONIALI

Centro de Documentação

CEDOC/DAE/UFLA

N.º CLASSIFICAÇÃO.....

.....

.....

N.º REGISTRO.....

Data:.....

LAVRAS
MINAS GERAIS - BRASIL
1998

**CENTRO de DOCUMENTAÇÃO
CEDOC/DAE/UFLA**

Ficha Catalográfica Preparada pela Divisão de Processos Técnicos da
Biblioteca Central da UFLA

Abrantes, Luiz Antônio

Tipificação e caracterização dos produtores rurais através da utilização de informações contábeis/Luiz Antônio Abrantes. – Lavras: UFLA, 1998.
70 p.:il.

Orientador: Luiz Marcelo Antonialli.
Dissertação (Mestrado) - UFLA

1. Contabilidade - Sistema contábil. 2. Contabilidade Rural. 3. Produtor Rural. 4. Tipificação. 5. Análise discriminante. I. Universidade Federal de Lavras. II. Título.

CDD-630.68
-657.863

LUIZ ANTÔNIO ABRANTES

**TIPIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS
ATRAVÉS DA UTILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Mestrado em Administração Rural, área de concentração em Administração da Empresa Rural, para obtenção do título de "Mestre".

APROVADA em 27 de novembro de 1998

Prof. Mozar José de Brito	UFLA
Prof. Paulo Roberto Cecon	UFV
Prof. Walmer Faroni	UFV



Prof. Luiz Marcelo Antonialli
UFLA
(Orientador)

LAVRAS
MINAS GERAIS - BRASIL

CENTRO de DOCUMENTAÇÃO
CEDOC/DAE/UFLA

Aos meus pais, exemplos de amor, dedicação e trabalho
A Márcia, Luísa, Bruna e Paula.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por tudo que tem me proporcionado.

À Universidade Federal de Viçosa, pelo apoio para a realização deste curso e ao Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica - PICDT, pelo suporte financeiro.

Aos colegas de trabalho do Departamento de Administração da Universidade Federal de Viçosa.

À Universidade Federal de Lavras, pela oportunidade oferecida para realização do curso.

Ao professor orientador, Luiz Marcelo Antonialli, pelos ensinamentos, pela dedicação e pela orientação durante o curso.

Aos professores Mozar José de Brito, Paulo Roberto Cecon e Walmer Faroni, cujas observações e sugestões feitas contribuíram ao enriquecimento deste estudo.

Aos demais colegas, professores e funcionários do DAE, pelo agradável convívio.

A Márcia, grande companheira, pelo apoio, dedicação e estímulo que sempre me motivaram.

Ao professor Jailson, pela constante disponibilidade, pela valiosa colaboração e pelas sugestões para o aperfeiçoamento desta dissertação.

Ao Cristiano Nacif, técnico do Programa de Desenvolvimento da Pecuária Leiteira da Região de Viçosa (PDPL-RV), cuja disponibilidade e atenção são raras nos dias de hoje.

A Adriana Maria Procópio, professora da FEA/USP, pela bibliografia fornecida.

A Eveline Oliveira, pelo excelente trabalho de revisão ortográfica.

A todos os amigos de curso, pela convivência, amizade e ajuda mútua.

A todos que, embora não mencionados aqui, de alguma forma, contribuíram na realização deste trabalho.

SUMÁRIO

RESUMO.....	i
ABSTRACT.....	iii
1 INTRODUÇÃO.....	01
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	04
2.1 A contabilidade e a função financeira nas empresas.....	04
2.2 Informações geradas pelo sistema contábil.....	08
2.2.1 Balanço Patrimonial.....	10
2.2.2 Demonstração do Resultado do Exercício.....	12
2.2.3 Demonstração do Fluxo de Caixa.....	13
2.2.4 Demonstração do Resultado por Atividade.....	14
2.3 O processo contábil.....	16
2.3.1 Os princípios fundamentais da contabilidade.....	17
2.3.2 A escrituração e o período contábil.....	21
2.3.3 Métodos de escrituração.....	22
2.3.4 O plano de contas.....	24
2.4 A contabilidade e a empresa rural.....	24
3 METODOLOGIA.....	29
3.1 Tipo de pesquisa.....	29
3.2 Estratégia de coleta de dados.....	31
3.3 Descrição das variáveis.....	32
3.4 Operacionalização e análise das variáveis.....	33
3.5 Análise discriminante.....	34
4 RESULTADO E DISCUSSÃO.....	37

4.1 Resultado da análise discriminante.....	37
4.2 Tipificação e caracterização do perfil contábil administrativo do produtor rural.....	40
5 CONCLUSÕES.....	58
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	61
ANEXOS.....	66

RESUMO

ABRANTES, Luiz Antônio. Tipificação e caracterização dos produtores rurais através da utilização de informações contábeis. Lavras:UFLA, 1998. 70p. (Dissertação - Mestrado em Administração Rural)*

Pretendeu-se, com este estudo, tipificar e caracterizar os produtores rurais em relação ao uso de instrumentos contábeis para controle da atividade. Especificamente objetivou-se: 1) identificar diferentes grupos de produtores rurais em relação a utilização ou não de relatórios contábeis para o controle da atividade; 2) caracterizar os produtores de cada grupo; 3) verificar as razões das possíveis diferenças na utilização das informações contábeis-financeiras pelos produtores rurais; e 4) identificar e verificar quais as variáveis que mais contribuem para a discriminação dos grupos de produtores. Para atingir os objetivos, utilizou-se a Análise Discriminante em uma amostra de 360 produtores rurais. Dois grupos foram identificados: o grupo 1 constituído de 126 produtores que não utilizam informação contábil, e o grupo 2, com 264 produtores, que a utilizam. Constatou-se que seis variáveis contribuíram para a discriminação dos grupos. O grupo 1 diferenciou-se por apresentar maior proporção de produtores com baixo nível de instrução, maior falta de controle e organização financeira dos negócios agropecuários, baixo faturamento, inexistência de consultorias externas, além da falta de instrumentos para a organização contábil administrativa. A maioria destes produtores não possui nenhum tipo de registro ou anotação para controle de sua atividade. Neste sentido, observou-se que a pouca escolaridade é barreira limitante para o registro, uso e entendimento de informações contábeis. De maneira geral, observou-se tratar de uma prática comum, entre os produtores deste grupo, não levar em conta o postulado da entidade contábil, que tem como principal característica a manutenção dos registros contábeis da entidade de forma distinta. Um outro elemento diferenciador é que 97% dos produtores rurais que compõe o grupo 2, têm algum tipo de anotação ou registro de dados referentes à atividade. Pela análise qualitativa, observou-se que os produtores pertencentes a este grupo são mais receptivos a mudanças tecnológicas, investindo mais em sua propriedade e apresentam um melhor desempenho na execução dos registros contábeis. Constatou-se, de maneira geral, que a maioria dos produtores, apesar de encarar a contabilidade como um instrumento complexo e que depende

tempo, não descarta a sua importância como fonte de informação gerencial para a gestão dos negócios agropecuários. Estes resultados permitem considerar o processo de tipificação como um instrumento de grande valia para auxiliar no desenvolvimento de programas relacionados a contabilidade rural, podendo ser utilizados na formulação de propostas de ações coerentes que levem em consideração as características de cada grupo de produtores, buscando maior eficiência e melhores resultados para as iniciativas.

ABSTRACT

ABRANTES, Luiz Antonio. Type and characterization of rural producers according to the use do accounting information. Lavras: UFLA, 1998. 70p. (Dissertation – Master in Rural Administration)*

The idea of this work was to classify and characterize the rural producers in relation to the use of accounting instruments for activity control. The objectives were mainly: to identify different groups of rural producers in relation to the usage (or not) of accounting reports for the activity control; 2) to characterize the producers of each group; 3) to verify reasons of possible differences according to the usage of financial-accounting information by rural producers; and 4) to identify and verify the variables which contribute the most for discrimination of group producers. The Discriminant Analysis was used in order to achieve the objectives. The sample was of 360 rural producers. Two groups were identified: group 1 - 126 producers who do not use accounting information; and group 2 - 264 producers who use accounting information. It was observed that six variables contributed for group discrimination. Group 1 differed from group 2 due to a higher rate of producers with low educational level, a larger lack of financial control and organization on agro-businesses, a low profit, the non-existence of external consulting, as well as a lack of instruments for financial-administrative organization. The majority of theses producers do not have any kind of registration or data for activity control. It was observed that low educational level is a limiting barrier for activity registration, and for the usage and understanding of accounting information. Generally, it was noticed that the disregarding of accounting control (official maintenance of accounting data) is a common practice among producers of this group. Another distinct element is that 97% of the group 2 rural producers have some kind of notation or registration of activity data. By qualitative analysis, it was observed that the producers of this groups are opened to technological development, investing in their properties, showing a better performance on accounting control. It was verified that the majority of the producers, although facing accounting as a complex instrument which requires time, does not disregard its importance as a management information source for agro-businesses administration. These results allow us to consider the process of selection as an

* Adviser: Luiz Marcelo Antonialli

instrument of great value in order to help the development of programs related to rural accounting, with the possibility of being used on the formulation of coherent action proposals which take under consideration the characteristics of each producer-group searching for better efficiency and results for initiatives.

1 INTRODUÇÃO

A atividade agropecuária tem um papel relevante em países de grandes extensões territoriais e condições climáticas como o Brasil. Apesar das deficiências das medidas governamentais sobre política de financiamento e de preços destinada ao setor agropecuário, este tem movimentado milhões de Reais em recursos, gerando milhares de empregos e transformando algumas regiões do país em polos econômicos de riquezas.

Nos últimos vinte anos, o setor agropecuário brasileiro passou por importantes mudanças estruturais, destacando-se o desenvolvimento do setor agro-industrial, o controle de qualidade total, a evolução do mercado consumidor e o aumento da competitividade nos mercados nacional e internacional.

Este processo de transição tem acentuado um maior interesse por técnicas gerenciais, pressionando no sentido de melhorar a eficiência técnica, administrativa e produtiva por meio da administração e controle das atividades desenvolvidas na propriedade rural.

Neste contexto, a contabilidade (principalmente a financeira e a de custos) pode desempenhar um importante papel como ferramenta gerencial, gerando informações que permitam o planejamento, o controle e a tomada de decisão, com base em dados consistentes e reais, transformando as propriedades rurais em empresas com capacidade para acompanhar a evolução do setor, principalmente no que tange aos objetivos e atribuições da administração financeira.

O objetivo principal da administração financeira é estudar as fontes alternativas de recursos financeiros ao menor custo possível, bem como saldar os compromissos financeiros assumidos. Sua atribuição básica é a constante observação dos aspectos de liquidez, solvência e lucratividade da empresa. É, também, fonte de informações necessárias ao planejamento dos investimentos.

Embora a fonte dos dados para as análises financeiras seja a própria empresa, a falta de sistemas de contabilidade adequados impede o uso desses dados para estes fins.

Neste novo cenário de evolução em que a atividade agropecuária se encontra, é indispensável ao produtor rural dispor de informações que o auxiliem em seu processo decisório. A utilização de métodos e técnicas da ciência contábil permite ao produtor avaliar situações alternativas e analisar, a priori, os resultados possíveis, reduzindo, assim, os riscos e incertezas na tomada de decisões.

O produtor rural, responsável pelo processo de tomada de decisões sobre o que, quanto e como produzir, defronta-se sempre com as incertezas inerentes aos fatores naturais aleatórios a que está sujeita a atividade agropecuária, além daqueles que advêm do desconhecimento sobre o comportamento do mercado para seus produtos.

Além dessas peculiaridades, sua decisão acha-se também condicionada aos seus objetivos pessoais, graus de tradicionalismo e aprendizado, às condições de infra-estrutura da propriedade e, sobretudo, às expectativas de lucro. De qualquer forma, o produtor rural, para orientar com maior segurança sua decisão, carece de informações tanto sobre a composição dos investimentos e da produção quanto sobre os processos de produção possíveis de serem utilizados.

Embora seja evidente a importância da contabilidade como instrumento gerencial, a sua adoção é ainda insignificante no setor rural brasileiro, ainda que ultimamente comecem a surgir sinais de uma maior demanda.

Considerando as deficiências existentes no setor agropecuário, no que diz respeito à organização contábil-financeira, uma questão é levantada: Qual é o perfil dos produtores rurais que utilizam instrumentos contábeis-financeiros no processo decisório?

Assim, o objetivo central deste trabalho está na tipificação e caracterização de produtores rurais em relação ao uso de instrumentos contábeis para o controle da atividade.

Mais especificamente, procurou-se:

- a) identificar e caracterizar diferentes grupos de produtores rurais em relação à utilização ou não de relatórios contábeis para o controle da atividade;
- b) verificar as razões das possíveis diferenças quanto a utilização ou não das informações contábeis-financeiras pelos produtores rurais;
- c) identificar e verificar as variáveis que contribuem significativamente para a discriminação dos grupos de produtores rurais que utilizam ou não informações contábeis.

Este trabalho é composto por quatro partes principais. Na primeira, faz-se uma revisão a respeito dos aspectos da teoria contábil, descrevendo os seus postulados e princípios sob a ótica da contabilidade geral. A segunda parte apresenta considerações metodológicas relativas ao trabalho, descrevendo a estratégia de coleta de dados, as variáveis utilizadas e o processo de operacionalização e análise dos dados. Na terceira parte, são demonstrados e discutidos os resultados do trabalho e, finalmente, são apresentadas as principais conclusões.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A contabilidade e a função financeira nas empresas

A contabilidade é uma atividade fundamental na vida econômica das empresas e está relacionada a qualquer atividade desenvolvida pelo homem. Para Grateron (1996), mesmo na forma rudimentar, a contabilidade esteve presente desde a aparição do homem no mundo quando este tentava contabilizar os animais que lhe serviam de alimento. Assim, desde então, a contabilidade desenvolveu-se junto com o homem e suas estruturas sociais para dar respostas e informações, identificando, mensurando e comunicando os eventos.

Segundo Almeida e Curi (1991), qualquer organização, seja qual for o tamanho, necessita saber, em tempo hábil, fatos precisos sobre sua organização, a fim de poder tomar, acertadamente, as decisões que julgue necessárias, pois a oportunidade e precisão dos atos decisórios dependem diretamente dos sistemas e métodos contábeis utilizados.

Na visão de Ronchi, citado por Cunha (1987), quanto mais os administradores fizerem uso da contabilidade, melhor poderão planejar e controlar as atividades de sua organização. As medidas contábeis são largamente utilizadas no processo de avaliação de desempenho; o profissional que com ela melhor se relacionar, mais apto estará para oferecer uma resposta mais satisfatória às demandas das organizações.

De acordo com esse ponto de vista, uma enorme gama de usuários recorre à informação contábil como forma de conhecer a eficiência da administração, os resultados econômicos alcançados pela empresa, a riqueza

patrimonial, a capacidade de liquidez e a rentabilidade, como reflexo do índice de êxito empresarial ou como fonte de tributo para redistribuição da renda.

Assim, a contabilidade pode ser contextualizada como sendo um sistema de informação cujo objetivo principal é o de fornecer dados que auxiliem na tomada de decisão. Em sentido amplo, a contabilidade trata da coleta, apresentação e interpretação dos dados econômicos.

Para Marion (1993), a contabilidade é um sistema de registro e apuração ou medição da riqueza. Todos os lançamentos contábeis realizados durante um período e todos os procedimentos que os cercam visam, fundamentalmente, à medição da riqueza da empresa ao final deste período. Para tanto, a contabilidade registra sistematicamente o valor das transações que alteram a posição patrimonial da empresa, evidenciando a formação do resultado econômico (lucro ou prejuízo).

Segundo o mesmo autor, a contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões. Na verdade, ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e sumalizando-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem sobremaneira para a tomada de decisões.

Iudicibus (1993) ressalta que *"é preciso traçar um perfil do investidor médio e verificar, em cada circunstância de espaço e tempo, a qualidade e a quantidade de informação que pode digerir"*. Neste sentido, Hendriksen, citado por Procópio (1997), comenta que as principais indagações referem-se à pessoa para quem a informação é revelada, qual o objetivo da informação e quanto de informação deveria ser revelada.

A eficiência na análise e no uso destas informações dependerá, por parte do usuário, da compreensão dos conceitos, das definições e dos princípios de mensuração sobre os quais estão os dados.

Considerando que a maioria das decisões tomadas dentro de qualquer empresa é medida em termos financeiros, é importante que os responsáveis por decisões desta esfera, tenham uma compreensão básica da função financeira. Segundo Ross et al. (1995), a contabilidade está muito relacionada com a função financeira, pois as demonstrações que fornece constituem importante grupo de informações que serão examinadas no processo de análise financeira.

Nesse sentido, Braga (1989) afirma que a função financeira compreende um conjunto de atividades relacionadas com a gestão dos fundos movimentados por todas as áreas da empresa. Essa função é responsável pela obtenção dos recursos necessários e pela formulação de uma estratégia voltada para a otimização do uso desses fundos.

Assim, a função financeira tem um papel muito importante no desenvolvimento de todas atividades operacionais em qualquer empresa, pois, todas as atividades empresariais envolvem recursos financeiros e orientam-se para a obtenção de lucros. Para Gitman (1984), para obter-se a necessária compreensão desta função é preciso examinar detalhadamente o seu papel dentro da empresa, as funções-chave do administrador financeiro e o seu objetivo global.

Desse modo, de acordo com Silva (1995a), cada empresa pode ser visualizada como um sistema que multiplica os recursos financeiros nela investidos. Em outras palavras, as receitas obtidas com as operações devem ser suficientes para cobrir todos os custos e despesas e ainda gerar lucros. Paralelamente a esse fluxo econômico de resultados ocorre uma movimentação de numerário que deve permitir a liquidação dos compromissos assumidos.

Segundo o mesmo autor, em certo sentido, pode-se dizer que a administração financeira começa onde termina a contabilidade. Os dados brutos fornecidos pela contabilidade devem ser transformados em informações que permitirão ao administrador financeiro:

a) avaliar a situação econômico-financeira da empresa, a formação do resultado e os efeitos de decisões tomadas anteriormente;

b) tomar novas decisões, corrigindo o rumo indesejado;

c) desenvolver planos operacionais e de investimentos.

Noronha (1987) considera que um sistema contábil eficiente, aliado ao bom senso do administrador no uso das informações contábeis, permitirá um diagnóstico realista com a localização dos pontos fracos e fortes de cada atividade produtiva e da empresa como um todo. A partir de tais informações poderão surgir inúmeras conclusões e interpretações para as seguintes finalidades:

1. orientar as operações de rotina;

2. medir o desempenho econômico-financeiro da empresa e de cada atividade produtiva, individualmente;

3. controlar as transações financeiras da empresa;

4. fornecer subsídios para as tomadas de decisões no planejamento da produção, dos investimentos, das vendas, etc.;

5. fornecer subsídios para as projeções de fluxos de caixa e necessidades de crédito;

6. permitir a comparação da performance da empresa no tempo e desta com outras empresas;

7. conduzir as despesas pessoais do proprietário e de sua família;

8. justificar a liquidez e capacidade de pagamento da empresa junto aos agentes financeiros e outros credores;

9. servir de base para seguros, arrendamentos e outros contratos;

10. gerar informações para a declaração do Imposto de Renda.

Para Santos (1991), ainda que o sistema contábil sirva de base para a apuração do Imposto de Renda, é como instrumento gerencial que ele

proporciona ao empresário o lastro das informações necessárias à uma administração mais segura.

Em resumo, o processo decisório, que constitui o aspecto central da gestão financeira, é orientado pela análise dos dados fornecidos pela contabilidade.

Tem-se vários tipos de contabilidade com diversos propósitos, o que gera informações diferentes, muitas vezes para públicos diferentes. O enfoque deste trabalho direciona-se para a contabilidade financeira e a gerencial, pois ambas desempenham um papel importante como ferramenta gerencial. A primeira, pautada nos princípios contábeis geralmente aceitos, obrigatória para fins fiscais, fornece informações básicas aos seus usuários externos através de relatórios financeiros (balanço patrimonial e relatórios sobre lucro) e a segunda, por facilitar o planejamento, informar sobre custos e facilitar a tomada de decisão, tem um aspecto muito importante a seu favor que é a liberdade de informação.

2.2 Informações geradas pelo sistema contábil

Segundo Marion (1993), as demonstrações financeiras são geradas a partir dos relatórios contábeis. Para Iudícibus e Marion (1990), relatório contábil é a exposição resumida de dados colhidos pela contabilidade, objetivando relatar, às pessoas que utilizam os dados contábeis, os principais fatos ocorridos na empresa em determinado período.

As demonstrações financeiras são relatórios contábeis exigidos por lei. São exigidos para todas as sociedades anônimas sendo alguns estendidos a outros tipos societários pela legislação do Imposto de Renda.

Most (1982) identifica vários usos e vários usuários dos relatórios financeiros, dentre eles:

1. servem primariamente àqueles usuários que têm autoridade limitada, aptidão ou recursos para obter informação e que confiam nos relatórios financeiros como sua principal fonte de informação sobre a atividade econômica de uma empresa;

2. provêem informações úteis para investidores e credores para previsão, comparação e avaliação do potencial de fluxo de caixa, em termos de valores, tempo e incertezas associadas à atividade da empresa;

3. provêem os usuários de informações úteis para previsões, comparações e avaliações do potencial de lucros da empresa;

4. suprem os usuários de informações úteis para o julgamento da capacidade de sua administração, a fim de que ela possa utilizar recursos efetivos para o alcance de seu objetivo primário.

Segundo Ronchi, citado por Cunha (1987), a interpretação das demonstrações financeiras é de interesse não só para análise de fim de ano, mas também para a atividade administrativa normal. A administração pode encontrar, de fato, nas demonstrações financeiras, uma fonte primária de informação em relação à situação corrente da empresa.

De acordo com Silva (1995a), podemos separar as demonstrações financeiras em dois grupos: as demonstrações gerenciais para uso interno e as demonstrações contábeis para divulgação externa.

As demonstrações gerenciais compreendem grande número de demonstrativos que orientam o processo decisório ou refletem os planos da empresa. Assim, temos demonstrações que apresentam apenas dados históricos, outras que traduzem os efeitos de novas decisões através de dados projetados para o futuro ou que comparam as projeções com o que foi efetivamente realizado.

Em geral, as decisões empresariais são tomadas com base em informações geradas pela contabilidade. Segundo Almeida e Curi (1991), as informações contábeis são o ponto de partida para elaboração de demonstrativos, que se constituem em instrumentos informativos para o empresário e a direção da empresa. Na literatura brasileira, os dois demonstrativos financeiros mais conhecidos e já consagrados são o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício.

Para Santos (1991), além desses demonstrativos financeiros, são geralmente de interesse da empresa, a Demonstração do Fluxo de Caixa e as Demonstrações do Resultado por Atividade de Produção Individual. Por intermédio desses relatórios contábeis, é possível fornecer ao empresário um fluxo contínuo de informações que permitem a análise da empresa sob diversos aspectos. A seguir, descreve-se cada um deles.

2.2.1 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é um demonstrativo financeiro que oferece uma visão estática da estrutura de capital da entidade em um determinado momento, reflete os efeitos dos fatos administrativos sobre os elementos patrimoniais, e fornece um resumo do que a empresa possui, em termos de ativos, além do nível de comprometimento da empresa com seus credores e investidores. É desenvolvido em torno da igualdade:

$$\text{Ativo} = \text{Passivo} + \text{Patrimônio Líquido}$$

Para Marion (1993), a contabilidade é o grande banco de dados históricos da empresa. O registro sistemático desses dados permite à administração conhecer, através dos saldos das contas, a posição patrimonial e os resultados alcançados em cada período. Para tanto, os balancetes mensais devem conter todos os lançamentos devidos, evitando surpresas por ocasião do levantamento do balanço anual.

Santos (1991) ressalta que a análise desse demonstrativo é fundamental para que o empresário avalie as conseqüências de sua gestão sobre os recursos que está administrando e sobre as participações (proprietários) e reivindicações (credores) contra esses recursos. Serve, então, como um "painel geral de controle" pelo qual a administração conhece a atual situação e pode, assim, traçar novas linhas de ação.

Na verdade, o Balanço Patrimonial expõe monetariamente a estrutura do sistema operativo empresarial em seus componentes positivos e negativos. O ativo mostra onde a empresa aplicou os recursos (os bens e direitos que possui) e o passivo mostra de onde vieram os recursos (provenientes de terceiros e próprios). Da diferença entre o ativo e o passivo resulta o patrimônio líquido da entidade, que são os recursos próprios originados de capital colocado na empresa pelos proprietários ou sócios, ou provenientes da geração de lucros.

Para Iudicibus (1993), a conceituação e avaliação do ativo resultam em um dos tópicos mais importantes da teoria contábil, pois avaliações e interpretações errôneas podem comprometer a existência de qualquer empresa. A característica fundamental de um ativo é a sua capacidade de prestar serviços futuros à entidade seja individual ou conjuntamente com outros ativos e fatores de produção capazes de se transformar, direta ou indiretamente, em fluxos de entrada de caixa.

Em resumo, o Balanço Patrimonial indica a natureza e o valor do ativo, das obrigações e do patrimônio líquido na data de seu levantamento, apresentando, assim, um aspecto estático. Pela comparação desse demonstrativo pode-se identificar as mutações e tendência financeira dos negócios da empresa ao longo do período, verificando o seu desempenho e confrontando o resultado obtido com as metas traçadas.

2.2.2 Demonstração do Resultado do Exercício

A Demonstração de Resultado do Exercício é um demonstrativo contábil dinâmico que apresenta, de forma resumida, as operações da empresa, durante um exercício social. Esta apresentação é feita de forma dedutiva, em que são definidos: receitas, custos, despesas, ganhos e perdas do período, com a finalidade de revelar o desempenho econômico da entidade em forma de lucro ou prejuízo.

A Demonstração do Resultado do Exercício tem como função designar as causas das variações patrimoniais em períodos de tempo determinados, permitindo que haja uma confrontação real entre fontes e usos de recursos, visando uma determinação precisa do resultado obtido (Santos, 1991).

O parágrafo 1º do artigo 187 da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) impõe que sejam observados os princípios da competência e do confronto entre receitas e despesas na apuração do resultado do exercício:

"§1º - Na determinação do resultado do exercício serão computados:

- a) as receitas e os rendimentos ganhos no período, independentemente da sua realização em moeda;
- b) os custos, despesas, encargos e perdas, pagos ou incorridos, correspondentes a essas receitas e rendimentos.

Com base nos dados fornecidos pelos Balanços Patrimoniais e pela Demonstração do Resultado do Exercício, vários são os indicadores de desempenho que podem ser calculados, permitindo conhecer a estrutura da empresa, obtendo informações úteis sobre a administração, o montante de recursos e os resultados obtidos.

2.2.3 Demonstração do Fluxo de Caixa

Para Andersen (1991), o entendimento do fluxo financeiro da empresa, notadamente para o usuário não familiarizado com a contabilidade, fica muito mais fácil através da Demonstração do Fluxo de Caixa. Por esta razão, sugere-se a substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) pela Demonstração do Fluxo de Caixa, como meio de aprimorar a comunicação contabilidade-usuário.

A Demonstração do Fluxo de Caixa é uma demonstração exclusivamente de uso interno e representa as diversas movimentações financeiras relacionadas às atividades da empresa em um determinado período de tempo. Seu gerenciamento tem por objetivo preservar uma liquidez imediata da empresa, essencial à manutenção da atividade econômica.

A análise do fluxo de caixa é de grande importância na atividade empresarial, pois a maioria dos problemas relacionados com liquidez e insolvência ocorrem em função de uma inadequada administração deste fluxo. Para Matarazzo (1994), através deste demonstrativo pode-se saber se a empresa foi auto-suficiente no financiamento de seu capital giro e qual sua capacidade de expansão com recursos próprios gerados pelas operações, ou seja, qual a independência financeira da empresa.

Nesta mesma linha, Assaf Neto e Silva (1995) ressaltam que uma adequada administração dos fluxos de caixa leva a obtenção de resultados positivos para a empresa. A melhor capacidade de geração de recursos de caixa promove, entre outros benefícios, a menor necessidade de financiamento dos investimentos em giro, reduzindo seus custos financeiros.

A estrutura geral do fluxo de caixa parte da definição de que o total das origens de recursos é igual ao total das aplicações destes recursos, em que as origens são representadas pelos aumentos de passivos e patrimônio líquido e

reduções de ativos e as aplicações ocorrem por incrementos nos ativos ou reduções de passivos e patrimônio líquido.

Para Matarazzo (1994), os principais objetivos da Demonstração do Fluxo de Caixa são:

1. avaliar alternativas de investimentos;
2. avaliar e controlar, ao longo do tempo, as decisões importantes que são tomadas na empresa, com reflexos monetários;
3. avaliar as situações presentes e futuras de caixa na empresa, posicionando-as para que não cheguem a situação de não liquidez;
4. certificar que os excessos momentâneos de caixa estão sendo devidamente aplicados.

Apesar das grandes quantidades de informações geradas pela contabilidade financeira, geralmente as informações mais detalhadas são obtidas através da Contabilidade de Custos e tornam-se indispensáveis para o processo de planejamento e controle gerencial.

2.2.4 Demonstração do Resultado por Atividade

O controle das atividades de produção é de grande importância para qualquer empresa, principalmente para aquelas que encontram na diversificação da produção um meio para reduzir seus riscos, tornando complexas as decisões relativas a cada produto. Somente através da contabilidade de custos é possível captar, classificar e ratear os diferentes fatores do custo entre as diversas atividades que o compõem.

A contabilidade de custos pode ser conceituada como o ramo da função financeira que acumula, organiza, analisa e interpreta os custos dos produtos, inventários, serviços, componentes organizacionais, planos operacionais e

atividades de distribuição para determinar o lucro, controlar as operações e auxiliar o administrador no processo de tomada de decisões (Leone, 1996).

Para Leite (1989), é da área de custos que se originam as informações mais relevantes para o controle da produtividade e para a orientação da ação dos administradores na busca pela redução de custos, visando a ampliação da produtividade, dos resultados da empresa e da participação dela no mercado. Neste sentido, muitas decisões podem ser tomadas com base nas informações fornecidas pela área de custos. Dentre elas, podem-se destacar:

a) quanto contribui cada produto para o lucro bruto da produção da empresa?

b) que linhas de produtos são mais rentáveis?

c) quais as que devem ser reduzidas ou eliminadas e quais as que devem ser ampliadas?

d) quais os custos variáveis envolvidos na obtenção de um determinado produto?

e) qual o volume mínimo de produção necessário para se cobrir os custos fixos da atividade?

f) quais os custos mais relevantes e que devem ser rigorosamente controlados?

Os procedimentos contábeis necessários e adequados à apuração do resultado são idênticos aos utilizados na apuração do custo dos produtos vendidos na Demonstração do Resultado do Exercício da Lei 6.404/76. Os custos incorrerão da aquisição de ativos e as despesas serão reconhecidas quando e se ativos forem consumidos.

Segundo Leite (1989), na literatura contábil brasileira verifica-se que a contabilidade de custos desenvolve-se separadamente da contabilidade financeira, porque, enquanto esta visa a geração de relatórios para usuários externos, a contabilidade de custos tem como finalidade principal o uso interno e

gerencial, sendo relevante no auxílio ao controle e na ajuda às tomadas de decisões.

No que diz respeito ao controle, sua mais importante missão é fornecer dados para o estabelecimento de padrões, orçamentos e outras formas de previsão. No que tange à decisão, seu papel reveste-se de suma importância, pois consiste na alimentação de informações sobre valores relevantes que dizem respeito às conseqüências de curto e longo prazo sobre medidas de corte de produtos, fixação de preços de venda, opção de compra ou fabricação, dentre outros (Martins, 1996).

Para Santos (1991), a Contabilidade de Custos tem como ponto de partida os mesmos dados básicos coletados para a empresa total, sendo que as informações relativas a cada atividade compreendem:

1. Demonstração de Rentabilidade da Atividade (Produção) com a mesma estrutura geral da Demonstração de Resultado do Exercício da Empresa;
2. Medidas de Produção, Eficiência Produtiva e Lucratividade obtidas a partir de registros e controles extracontábeis e da Demonstração de Rentabilidade por Atividade de cada atividade.

Leite (1989) ressalta que essa análise se concentra nas atividades de produção mais relevantes para a empresa e, para cumprir as finalidades de planejamento e controle administrativo, a contabilidade de custos, deve operar com informações mais detalhadas e menos agregadas, possibilitando análises do custo unitário de cada produto integrante das diversas linhas de produção da empresa.

2.3 O processo contábil

O objetivo principal da contabilidade é o Patrimônio, em torno do qual a ciência contábil desenvolve suas funções para alcançar sua finalidade. Neste

sentido, a contabilidade tem como finalidade registrar os fatos contábeis e produzir informações que possibilitem o planejamento e o controle das operações.

Na produção destas informações deverão ser observadas as formas de interpretação e classificação dos atos e fatos administrativos, que resultarão em um processo de acumulação de registros e dados que irão compor os relatórios contábeis. Faz-se necessário, então, caracterizar alguns elementos básicos que irão reger o funcionamento do sistema contábil.

2.3.1 Os princípios fundamentais de contabilidade

Os princípios contábeis são de grande importância para o sistema contábil de informação, pois formam o arcabouço teórico que sustenta toda a contabilidade.

Constituem-se em um conjunto de normas, regras e postulados delimitadores da aplicação da ciência contábil, necessários à uniformização dos seus procedimentos. Podem ser classificados em três categorias: postulados, princípios e convenções.

Para Iudícibus (1993), um postulado pode ser definido como uma proposição ou observação de certa realidade que pode ser considerada como não sujeita a verificação ou como axiomática. A esse respeito, os dois postulados mais importantes para a contabilidade são: o postulado da entidade contábil e o postulado da continuidade.

O **postulado da entidade contábil** é um pressuposto que separa patrimônio da entidade contábil das pessoas ou empresas que o compõem, tendo como característica principal a manutenção dos registros contábeis da entidade de forma distinta, separada dos sócios, acionistas, ou proprietário individual.

Segundo Marion (1993), qualquer indivíduo, empresa, grupo de empresas ou entidades, que efetue movimentações quantificáveis monetariamente, desde que haja necessidade de manter contabilidade, será tratada como uma entidade contábil.

Para Procópio (1997), o postulado da entidade pode ser visualizado sob diversos prismas: sob o aspecto jurídico, sendo totalmente distinta da figura dos sócios; no aspecto econômico, em que a ênfase está na contabilidade como mensuradora da evolução patrimonial da entidade; no âmbito organizacional, que diz respeito ao papel desempenhado por um grupo de pessoas, exercendo controle sobre o patrimônio; no sentido social que, na real acepção do termo, está voltada para a comunidade operante.

O postulado da continuidade pressupõe a entidade como uma instituição capaz de produzir, continuamente, riqueza, sem interrupção, até que surjam evidências em contrário. Esta condição é muito importante, pois considera a empresa usando seus bens para atingir metas determinadas e empregando seus recursos visando sua continuidade. Por outro lado, pressupõe que suas obrigações serão liquidadas na medida em que forem devidas (Frúgoli, 1977).

Os princípios contábeis constituem verdadeiras normas gerais delimitadoras da aplicação da ciência contábil. A base estrutural para a execução prática da contabilidade está suportada por esses princípios.

O princípio do custo histórico como base de valor, segundo Iudícibus (1993), é considerado como uma seqüência natural do postulado da continuidade. Segundo ele, os ativos são incorporados pelo preço pago para adquiri-los ou fabricá-los, mais todos os gastos necessários para colocá-los em condições de gerar benefícios para a empresa. Os eventos serão incorporados à entidade pelo seu valor histórico. Em resumo, as aquisições de bens e direitos

devem ser registradas pelo preço de custo. Os produtos fabricados serão lançados pelo custo de fabricação.

O princípio da realização da receita e confrontação das despesas é um dos princípios básicos concernentes à apuração de resultados. Nele, o reconhecimento da receita fica associado ao reconhecimento da respectiva despesa incorrida para a obtenção da receita. Deste confronto, obtêm-se o resultado do exercício. Nesse aspecto, identificam-se os conceitos de regime de competência e regime de caixa (Marion, 1993).

No regime de competência, as despesas e receitas devem ser contabilizadas como tais no momento de sua ocorrência, independentemente de seu pagamento ou recebimento. No regime de caixa, o registro dos fatos contábeis devem ser feitos no momento em que os valores correspondentes são pagos ou recebidos.

O princípio do denominador comum monetário tem por finalidade homogeneizar bens, direitos e obrigações de natureza variada, suscetíveis de avaliação monetária em um denominador comum monetário, a fim de possibilitar a acumulação de valores, sua comparação e conseqüente análise das demonstrações financeiras.

Para Padoveze (1991), as convenções são tidas como restrições aos princípios contábeis, sendo consideradas normas de caráter prático que devem ser observadas como guias, facilitando o trabalho do contador. Neste sentido, Iudicibus (1993) ressalta que as convenções contábeis delimitam ou qualificam melhor o tipo do comportamento necessário do contador em face dos amplos graus de liberdade que os postulados e princípios lhe permitem ter.

Na **convenção da objetividade** enfatiza-se a importância de se adotar critérios de avaliação claros, baseados em elementos concretos e objetivos que não despertem dúvidas, polêmicas, nem sejam influenciados por aspectos

tendenciosos. O contador, entre um critério subjetivo de valor, mesmo ponderável, e outro objetivo, deverá optar pela hipótese mais objetiva.

A convenção da materialidade está basicamente ligada à análise do custo/benefício da informação, para decidir sobre a adoção de um sistema contábil mais apurado e detalhado. O nível de detalhamento, clareza e individualização requerido pelos registros contábeis deve ser decidido em função da importância relativa dos fatos a serem registrados.

O objetivo dessa convenção é evitar desperdício de tempo e dinheiro no controle de elementos e mutações patrimoniais de pequena expressão em relação ao conjunto do patrimônio. Grandes e relevantes valores devem ter análise muito mais acurada do que valores pequenos, que podem ser tratados de forma mais simples e resumida.

A convenção do conservadorismo pode ser sintetizada em uma máxima que diz: "não antecipar receitas e apropriar todas as despesas e perdas possíveis". Adota-se uma postura cautelosa, de precaução em relação aos critérios alternativos de avaliação de que se dispõe para o registro de determinado fato contábil e apuração de resultados.

Outra aplicação desta convenção, analisada sob um aspecto mais objetivo e operacional, adota também uma postura conservadora em relação à mensuração do patrimônio. Na dúvida, por motivos de precaução, sempre que se defrontar com a alternativa de atribuir valores diferentes a um elemento do ativo ou do passivo, deverá optar pelo mais baixo para o ativo e pelo mais alto para o passivo.

Pela convenção do conservadorismo, quando ocorre um fato que possa trazer perdas para a empresa, sendo seu valor conhecido ou calculável, não se deve esperar que o evento aconteça para só então registrá-lo. O oposto é feito com a receita: o ganho só é registrado contabilmente quando for líquido e certo.

A receita só será reconhecida quando o produto tiver sido fabricado, entregue e faturado.

A convenção da consistência implica na utilização de métodos e critérios uniformes ao longo do tempo, para o registro dos fatos contábeis e elaboração das demonstrações financeiras, pois, caso contrário, estaria prejudicando a comparabilidade dos relatórios contábeis.

Os conceitos das convenções anteriormente citados foram adaptados de Iudicibus (1993), Andersen (1991), Marion (1993), Padoveze (1991), Santos (1991), Nakagawa (1976) e Procópio (1997).

2.3.2 A escrituração e o período contábil

Para Silva (1992), a contabilidade tem uma participação decisiva no acompanhamento das informações que tramitam na organização e que influenciarão os resultados econômicos, financeiros e patrimoniais, constatando-se, então, a importância que têm os registros contábeis na atualização dos dados.

Pode-se distinguir, na contabilidade, uma parte teórica e uma prática. A primeira, teórica, é de fixação de princípios e preceitos de análise e interpretação de fatos e de previsão para futuros acontecimentos; é a ciência. A segunda, a prática de registrar os acontecimentos, é a técnica da escrituração. Através da escrituração, a contabilidade atinge seu objetivo, que é estudar e controlar o patrimônio.

Para Santos (1991), o processo de escrituração diz respeito à maneira de arquivar ou executar os registros das transações da empresa. Dependendo das características da entidade e do volume e complexidade de seus registros, pode-se adotar processos tradicionais, como o manual ou então optar pelo processo mecanizado ou o computadorizado, dentro da tendência atual de informatização das empresas.

São inúmeras as transações efetuadas diariamente nas empresas, envolvendo a aquisição e venda de mercadorias, produção de bens, pagamentos, recebimentos, geração de dívidas e de direitos que, direta ou indiretamente, afetam o seu nível da riqueza. Estas transações são acompanhadas pela contabilidade, que as classifica e quantifica, acompanhando e controlando toda a evolução patrimonial.

A escrituração é a base para a elaboração das demonstrações financeiras, que devem ser apresentadas em intervalos regulares de tempo. Este período normalmente tem a duração de um ano, podendo coincidir ou não com o ano civil.

Segundo Santos (1991), para fins de administração econômico-financeira, o período contábil deve ser o intervalo de tempo mais significativo para análise das atividades de produção da empresa, ou seja, deve situar-se entre o início e o fim de um ciclo, abrangendo todo o fluxo de entradas e saídas de recursos dos empreendimentos (ciclo operacional).

Para Mattos (1997), qualquer período contábil pode ser definido, embora se deva procurar aquele que for mais significativo para as atividades produtivas mais importantes da empresa.

2.3.3 Métodos de escrituração

Existe dois métodos fundamentais para se proceder à escrituração dos fatos e transações que movimentam a empresa: o das partidas simples e o das partidas dobradas.

Pelo método das partidas simples, as operações realizadas são registradas uma única vez, não se fazendo a contrapartida. Registram-se somente as operações realizadas com pessoas, omitindo-se o registro dos elementos

patrimoniais e do rédito (mercadorias, imóveis, máquinas, despesas, receitas, etc.) que são controlados extracontabilmente.

Segundo Padoveze (1991), o método das partidas simples foi elaborado antes do conhecimento ou da criação da figura do Patrimônio Líquido, ou do conceito de despesa e receita como elementos patrimoniais.

Neste mesmo sentido, Souza et al. (1992) ressaltam que este método não envolve lançamentos, apenas o registro de despesas e receitas de cada atividade, tendo a vantagem de possibilitar o conhecimento de um conjunto de coeficientes técnicos úteis para o planejamento e controle das atividades produtivas da empresa.

Para Antonialli (1997), apesar do método simplificado não ter validade fiscal, é um valioso subsídio para a tomada de decisões, sendo indicado para pequenas e médias empresas rurais pela facilidade de sua execução.

Ao contrário do método das partidas simples, o método das partidas dobradas dita um modo de lançamento em que cada transação é registrada em função de uma contrapartida, ou seja, o mesmo valor é lançado em duas contas, no mínimo, através dos débitos e créditos a fim de manter o equilíbrio patrimonial. É um sistema obrigatório para pessoas jurídicas, exigindo pessoal especializado e indicado para estruturas administrativas mais complexas. Tudo é formalizado por normas internacionalmente aceitas (Antonialli, 1997).

A essência deste método universalmente aceito é que não há débito(s) sem crédito(s) correspondentes. Consequentemente, a soma dos débitos deverá ser igual à soma dos créditos, em perfeito equilíbrio.

2.3.4 O plano de contas

Para se estabelecer um plano prévio de ação, se faz necessário o estabelecimento de normas de conduta e criação de métodos eficazes que possam possibilitar informações amplas e exatas. Essas informações emanam dos registros contábeis e daí a necessidade de uma planificação da contabilidade, de forma que possa alcançar sua finalidade com eficiência e exatidão.

Um plano de contas contábil tem como função precípua possibilitar adequada forma de controle do patrimônio da entidade contabilizada. Dessa forma, deve-se prever um elenco de todas as contas necessárias aos registros contábeis, havendo flexibilidade para permitir alterações que mostrarem-se necessárias por ocasião de sua utilização.

As contas atuam como veículo básico dos dados sobre a situação patrimonial da entidade, representando todos os seus componentes; são empregadas para registrar todas as movimentações por que passa o patrimônio.

Segundo Angélico, citado por Santos (1991), basicamente, o plano de contas é composto por uma relação de contas patrimoniais e de resultados, agrupadas segundo suas funções, complementada por instruções que expliquem a sua composição e seu funcionamento.

É importante esclarecer que uma empresa adota contas adequadas ao seu ramo de atividade e em função do seu modo de operar, sendo que cada empresa deverá elaborar seu próprio plano de contas de acordo com a natureza de suas atividades, sua forma de organização, constituição jurídica e sua dimensão patrimonial (Santos, 1991).

2.4 A contabilidade e a empresa rural

Conforme Lemes (1996), empresas rurais são aquelas que exploram a capacidade produtiva do solo através do cultivo da terra, da criação de animais e

da transformação de determinados produtos agrícolas. Assim, o campo de atividades das empresas rurais pode ser dividido em três grupos distintos, sendo:

- a) atividade agrícola - produção vegetal;
- b) atividade zootécnica - produção animal;
- c) atividade agroindustrial - indústrias rurais.

Souza et al. (1992) enfatizam que, para o setor agropecuário, existem várias conceituações possíveis de empresa rural, não havendo uma que seja universalmente aceita. A empresa rural é considerada como uma unidade de produção com elevado nível de capital de exploração e alto grau de comercialização, tendo como objetivos técnicos a sobrevivência, o crescimento e a busca de resultados positivos.

Para alcançar e manter estes resultados, Crepaldi (1998) aponta a contabilidade como um dos principais sistemas de controle e informação para as empresas rurais, podendo, através de seus instrumentos, verificar a situação da empresa sob os mais diversos enfoques, tais como análises de estrutura, de evolução, de solvência, de garantia de capitais próprios e de terceiros, de retorno de investimentos, entre outros.

Também, na visão de Santos (1991), a contabilidade rural, como parte integrante do sistema de informação da empresa, é desenvolvida em um ciclo de coleta e processamento de dados que culmina com a produção e distribuição de informações de saída, na forma de relatórios contábeis. Estes relatórios garantem à gerência um fluxo contínuo de informações sobre os mais variados aspectos econômicos e financeiros da empresa, permitindo a avaliação de sua situação atual e comparações com o que foi planejado, fornecendo subsídios à identificação e controle dos desvios e suas causas, bem como auxiliar o aperfeiçoamento de futuros planejamentos.

Oliveira, citado por Salles (1981), por sua vez, preconiza a contabilidade rural como instrumento de decisão gerencial, atribuindo-lhe finalidades que

identificam a presença de duas contabilidades: uma financeira e outra de custos. A contabilidade financeira registrará e controlará todas as operações comerciais e financeiras, o que demonstrará as relações da empresa com terceiros. A contabilidade de custos registrará e controlará as operações agrícolas.

Nesta mesma linha, Antonialli (1997) considera a contabilidade rural como um ponto fundamental no controle financeiro da propriedade, podendo atender a dois objetivos: fiscais e gerenciais. Os objetivos fiscais estão voltados para a emissão de notas fiscais, controles para declaração do imposto de renda, guias para transportes de animais, declarações para obter o cartão de produtor rural, entre outros, sendo que os objetivos gerenciais envolvem os controles internos que auxiliam o produtor na hora de tomar decisões.

Para Crepaldi (1998), o conhecimento financeiro auxilia no planejamento, na solução de problemas e nas tomadas de decisão. As finanças fornecem um mapa com números e análises que ajudam o empresário rural a desempenhar bem suas funções.

Marion (1993) considera a contabilidade em sua forma de escrituração como analítica ou sintética. Analiticamente, registrará todas as operações levadas a efeito no estabelecimento, tais como uso de insumos, tendo cada cultura um registro especial em que são anotadas as suas despesas de custeio e produção obtida. Sinteticamente, a contabilidade reúne em ordem sistemática e cronológica todas as operações consideradas na contabilidade analítica ou tiradas diretamente de documentos, pelas informações e determinações da administração.

Souza, citado por Leitão e Silva (1972), fazendo referência ao que oferece a contabilidade agrícola ao administrador, anuncia:

- a) surpreende o agricultor, mostrando-lhe valores que ele não imaginava possuir;
- b) mostra as transformações operadas em qualquer setor da propriedade;

c) aponta as culturas e criações que dão prejuízo e recomenda as mais lucrativas;

d) evidencia os melhores métodos de cultivo;

e) torna possível a determinação dos custos de produção;

f) apresenta os resultados de toda a exploração, permitindo comparação com resultados anteriores;

g) permite dirigir a empresa com segurança;

h) serve como base para tomada de decisões;

i) mostra como estão sendo usados os fatores que afetam as rendas;

j) permite estabelecer normas, princípios básicos de ordem técnica e econômica que servem de guias para os extensionistas e agricultores;

k) permite avaliar a exatidão do planejamento e corrigir falhas;

l) fornece elementos para justificar e motivar as reivindicações do agricultor, no domínio da política agrária;

m) tem função educativa, melhorando as aptidões comerciais, técnicas e administrativas do agricultor;

Conforme Marion (1982), no Brasil, a agropecuária pode ser explorada pela pessoa física sem a constituição de pessoa jurídica. Constata-se, portanto, que a pessoa física, no que tange à sua atividade agropecuária, deverá ser tratada como uma entidade contábil, dada a importância dos relatórios individualizados, decorrentes desta atividade, não devendo considerar os interesses particulares do produtor com os de seu negócio.

Haverá necessidade de um controle individualizado da atividade agropecuária em relação a outras atividades ou outros rendimentos que a pessoa física possa ter. Assim, o negócio deve ser tratado como uma firma, pois o

produtor rural tem outros interesses, alguns dos quais não econômicos, que nada têm a ver com o objetivo do negócio, que é o retorno sobre os investimentos aplicados nas operações agropecuárias.

Somente com este controle poder-se-á atingir alguns objetivos da contabilidade, tais como: determinar o valor do negócio; determinar a rentabilidade do negócio em determinado período; prover o produtor rural de informações que o auxiliarão nas tomadas de decisões, entre outros.

3 METODOLOGIA

3.1 Tipo de pesquisa

Segundo Barros e Lehfeld (1986), a pesquisa se constitui num ato dinâmico de questionamento, indagação e aprofundamento consciente, na tentativa de desvelamento de determinados objetos. O objetivo da pesquisa é descobrir respostas para perguntas, através do emprego de processos científicos (Selltiz et al., 1975).

Para Gil (1995), em relação aos objetivos gerais, é possível classificar as pesquisas em três grandes grupos: exploratórias, descritivas e explicativas. Pesquisa exploratória é aquela que tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Para Selltiz et al. (1975), a pesquisa exploratória pode ter outras funções, tais como aumentar o conhecimento do pesquisador acerca do fenômeno que deseja investigar; o esclarecimento de conceitos; o estabelecimento de prioridades para futuras pesquisas; apresentação de um recenseamento de problemas considerados urgentes por pessoas que trabalham em determinado campo de relações sociais.

Mattar (1996) comenta que a pesquisa exploratória é apropriada para os primeiros estágios da investigação quando a familiaridade, o conhecimento e a compreensão do fenômeno por parte do pesquisador são, geralmente, poucos ou inexistentes. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado.

Pesquisa descritiva, para Martins (1994), é aquela que tem como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno,

bem como o estabelecimento de relação entre variáveis e fatos. Mattar (1996) comenta que as pesquisas descritivas conclusivas são caracterizadas por possuírem objetivos bem definidos, procedimentos formais, serem bem estruturadas e dirigidas para a solução de problemas ou avaliação de alternativas de cursos de ação.

Segundo Seltiz et al. (1975), a maioria das pesquisas de cunho social são pesquisas descritivas voltadas para a descrição de características de comunidade. Para estes autores este tipo de pesquisa é recomendado quando se tem como objetivo apresentar precisamente as características de uma situação, um grupo ou um indivíduo específico e para verificar a frequência com que algo ocorre ou com que está ligado a alguma coisa. Para tanto, a pesquisa descritiva compreende dois subtipos: a pesquisa documental e/ou bibliográfica e a pesquisa de campo (Barros e Lehfeld, 1986).

Para Gil (1995), as pesquisas explicativas têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. É um tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade porque explica a razão, o porquê das coisas.

Quanto à natureza das variáveis a serem estudadas, as pesquisas podem ser classificadas em qualitativas e quantitativas. Segundo Strauss e Corbin, citados por Alencar (1996), pesquisa qualitativa é qualquer tipo de pesquisa que gera constatações não obtidas por meio de procedimentos estatísticos ou meios quantitativos. A natureza quantitativa mede as variáveis que são expressas por meio de números.

A vantagem da abordagem quantitativa é que ela permite medir, por meio de um conjunto limitado de questões, as reações de um grupo relativamente grande de pessoas, facilitando a comparação e o tratamento estatístico dos dados. Já os métodos qualitativos produzem, tipicamente, uma

riqueza de informações detalhadas sobre um grupo muito menor de pessoas e casos (Patton, citado por Alencar,1996).

Com base na classificação apresentada pelos autores acima citados, a presente pesquisa classifica-se como descritiva conclusiva, sendo que a natureza das variáveis levantadas são do tipo quantitativas e qualitativas.

3.2 Estratégia de coleta de dados

Para a obtenção dos dados desta pesquisa, foi escolhida a 68ª Semana do Fazendeiro, realizada no período de 13 a 17 de julho de 1997 na cidade de Viçosa localizada em Minas Gerais. Este evento, que acontece anualmente desde 1929, é um marco na extensão universitária, reunindo tradicionalmente centenas de produtores rurais e indivíduos ligados às atividades agrárias que, durante a semana, participam de um conjunto de ações que compõem o projeto do evento.

A unidade amostral do presente estudo foi constituída por 360 produtores rurais selecionados ao acaso. Foram aplicados questionários estruturados auto preenchíveis (anexo I) que possibilitaram a identificação e caracterização do perfil contábil administrativo dos produtores rurais.

Após esta etapa, foram aplicados questionários semi-estruturados (anexo II), em entrevistas pessoais nas propriedades (gravadas e transcritas), a partir de uma amostra intencional com 28 produtores, objetivando um maior volume de dados qualitativos que corroborassem e melhor explicassem resultados obtidos com a aplicação da técnica de análise discriminante sobre os dados quantitativos.

Por outro lado, buscou-se também aprofundar na averiguação das causas do uso e não uso das técnicas contábeis a partir da própria opinião de componentes dos respectivos grupos.

3.3 Descrição das variáveis

Para caracterizar o perfil contábil-administrativo do produtor rural, selecionou-se um conjunto de dezessete variáveis discriminadas nos três grupos a seguir:

1. Grupo de variáveis relacionadas à propriedade:

LOCALIZ - indicando o estado em que a propriedade se localiza;

ATIVIDAD - indicando a atividade principal da propriedade;

TAMANHO - indicando a área total da propriedade em alqueires.

2. Grupo de variáveis relacionadas com o proprietário:

TPARTICIP - indica o tempo de participação do produtor na Semana do Fazendeiro em unidade de tempo-ano;

TEXPERIE - indicativa do tempo de experiência do produtor na atividade rural, em unidade de anos;

CURSOS - indica o interesse do produtor em participar de cursos na área contábil-administrativa;

CBANC - mostra a existência de conta bancária individualizada para os negócios da propriedade (variável binária - sim ou não);

DESPARTI - indica a existência de separação das despesas particulares do proprietário das despesas do próprio negócios (variável binária - sim ou não);

ESCOLARI - indica o nível de instrução do produtor em faixa de escolaridade.

3. Grupo de variáveis relacionadas com as informações contábil-financeiras:

BANCODAD - indica a existência de anotações ou registros contábeis para formar um banco de dados;

RESPANOT - indica a pessoa responsável pela anotação dos fatos contábeis na propriedade;

PROFIS - indica o uso de instrumentos para o sistema de organização contábil-administrativa (microcomputador, escritórios de contabilidade, etc);

CONSULT - indica o uso, por parte do produtor, de algum tipo de consultoria externa;

TSOCIET - indica o tipo societário da empresa ou forma de exploração do negócio;

FATURAM - indica o faturamento bruto anual da propriedade (variável escalonada);

SISTFINA - indica o conhecimento por parte do produtor de algum sistema de financiamento de recursos para o setor;

TOMDECIS - indica o uso de informações contábeis para controle das atividades (variável binária - sim ou não).

3.4 Operacionalização e análise das variáveis

Utilizando os dados obtidos através dos questionários aplicados, separou-se os produtores em dois grupos, a partir da variável dependente **TOMDECIS**. O primeiro grupo representa os produtores que não utilizam de informações contábeis para o controle de suas atividades e o segundo grupo representa aqueles que utilizam destas informações.

Definidos os dois grupos, foi aplicada a técnica da análise discriminante para verificar a correta classificação dos produtores nos dois grupos, considerando todo o conjunto das dezesseis variáveis independentes. Esta técnica foi usada também para a determinação da função discriminante para os dois grupos, além da identificação das variáveis discriminatórias, ou seja, das variáveis que diferem os produtores nos grupos.

Determinada a correta classificação dos produtores nos dois grupos, foi realizada a caracterização dos grupos de produtores em relação a utilização de informações contábeis para o controle de suas atividades, enfatizando a

análise nas variáveis que determinaram a formação dos grupos. Para enriquecer e corroborar os resultados quantitativos obtidos pela análise discriminante, foram analisadas as informações obtidas com a pesquisa qualitativa realizada com quatorze produtores em cada grupo, escolhidos intencionalmente.

A análise estatística foi executada através do software Statistics Package for the Social Science (SPSS for Windows, versão 6.0).

3.5 Análise discriminante

A análise discriminante é uma técnica multivariada que trata da discriminação e classificação de um objeto ou indivíduo em grupos com base nas observações feitas sobre eles ou em características desses.

Portanto, dados os valores de diversas variáveis de um mesmo indivíduo, ou de um conjunto de indivíduos, pode existir interesse em discriminá-los em uma ou mais populações. O problema consiste em estabelecer a forma de discriminá-los, segundo as populações, uma vez que não é possível caracterizá-los diretamente, sem que se faça uso de tais variáveis (Oliveira, 1995).

Para Fernandes (1988), o método da análise discriminante permite distinguir, de forma estatisticamente confiável, prováveis diferenciações que possam existir entre grupos homogêneos entre si e heterogêneos dentro de um contexto. Além disso, permite testar a significância de uma classificação prévia e determinar quais variáveis têm o poder de discriminar as unidades amostrais examinadas.

Assim, essa técnica consiste em encontrar uma ou mais funções lineares que sejam capazes de efetuar a discriminação máxima entre os grupos propostos, conferindo a cada variável um peso ótimo que, associado a cada variável selecionada, forma combinações lineares de maior poder de discriminação entre grupos (Paniago Jr., 1986).

Para Man Yu e Sereia (1993), nos estudos socio-econômicos na agricultura, as funções discriminantes podem ser empregadas nos processos de tipificação de produtores, para definir grupos de estabelecimentos agrícolas em classes simples, distintas e claramente reconhecíveis, bem como para caracterizar cada uma das classes, a fim de examinar e interpretar sua lógica como sistema de produção.

O número máximo de funções que pode ser derivado é igual ao número de grupos obtidos menos um. A função discriminante é estimada de forma a maximizar a separação existente entre os grupos.

Uma das formas de identificar as funções discriminantes é através da utilização do método "Stepwise" ou método passo a passo, em que as variáveis independentes serão selecionadas e incluídas com base em seu poder discriminante, constando nas equações apenas um reduzido conjunto de variáveis, com a propriedade de efetuar a discriminação máxima entre os grupos propostos.

A análise discriminante segundo Harris (1975), Green (1978) e Hair et al. (1995) é uma técnica multivariada que permite:

- a. verificar se existem diferenças significativas entre os escores médios de um conjunto de variáveis de dois ou mais grupos a priori definidos;
- b. identificar quais são as variáveis independentes que acentuam as possíveis diferenças entre os escores médios de dois ou mais grupos;
- c. estabelecer procedimentos estatísticos para classificar unidades estatísticas (objetos, pessoas, empresas) em grupos, considerando os seus escores para um conjunto de variáveis independentes;
- d. estabelecer o número de dimensões de discriminação entre grupos formados ao se considerar um conjunto de variáveis independentes.

Nos vários ramos das ciências, quer sociais ou naturais, a análise discriminante é um método estatístico teórico potencialmente eficaz em estudos

de natureza exploratória. Tem grande importância, dada a sua utilização na classificação de um ou mais elementos através de determinadas variáveis. Há muitas décadas vem sendo aplicada em pesquisas biológicas, estendendo-se às pesquisas sociais (Fortes, 1981).

Entre os estudos que utilizaram a análise discriminante em ciências sociais destacam-se os trabalhos de Negreiros (1980), Brito, Brito e Ferreira (1995), Paniago Jr (1986), Man Yu e Sereia (1993), Oliveira (1995) e Arieira (1997).

No presente estudo, utilizou-se esta técnica para:

1. reclassificar grupos de produtores rurais;
2. identificar as variáveis que melhor os discriminam;
3. identificar as principais características de cada grupo.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

Nesta parte do trabalho são apresentados e discutidos os resultados do trabalho. Primeiramente são discutidos os resultados da Análise Discriminante, dando ênfase ao poder de discriminação das variáveis que dela participaram.

Em seguida, caracteriza-se o perfil contábil-administrativo dos produtores rurais, enfatizando a análise nas variáveis que determinaram a formação dos grupos, corroborando-as com as informações obtidas com a pesquisa qualitativa.

4.1 Resultado da análise discriminante

Para formação dos grupos, foi utilizada como dependente a variável que indica o uso de informações contábil-financeiras para controle das atividades agropecuárias (TOMDECIS). A partir desta variável foram formados dois grupos de produtores: o grupo 1, formado por 96 produtores que não utilizam nenhum tipo de informação contábil correspondendo a 26,7% do total e o grupo 2, com 264 produtores caracterizados como usuários de informações contábeis, correspondendo a 73,3% da amostra.

Com a aplicação da Análise Discriminante (Tabela 1), observou-se que no grupo 1 (não utilizam de informações contábeis) 68,8% dos produtores foram corretamente classificados. Para os produtores classificados erroneamente, verifica-se que estes apresentam características do grupo 2, o que indica que de alguma maneira, mesmo que informalmente, utilizam-se de algum tipo de

informação para controle da atividade, podendo ser aquelas baseadas na experiência adquirida.

Com relação ao grupo 2 (utilizam informações contábeis), 77,3% dos produtores foram classificados corretamente, indicando uma boa tipificação; os 22,7% restantes foram classificados erroneamente, por apresentarem características do grupo 1. O percentual de acerto na classificação geral dos produtores foi de 75%.

TABELA 1 - Número de produtores em relação ao nível de utilização de informação contábil e percentagem de classificação por grupos

Grupos de produtores em relação a utilização de Informações. contábeis	Classificação	Reclassificação após discriminante	
	Nº produtores	Grupo 1	Grupo 2
Grupo 1 Não utilizam	96	66 (68,8)	30 (31,2)
Grupo 2 Utilizam	264	60 (22,7)	204 (77,3)
Total	360	126	234

A aplicação da Análise Discriminante identificou uma função discriminante com 100% de significância, formada a partir das características das diversas variáveis em estudo. A função discriminante apresentou coeficiente de correlação canônica de 0,5076, indicando que 25,76% ($[0,5076]^2$) da variância das variáveis podem ser explicados pelo modelo resultante que inclui seis variáveis selecionadas pelo procedimento Step Wise.

Isso demonstra que, apesar da função discriminante possuir alto grau de significância, tem baixo poder de ajuste aos dados, o que é justificado em ciências sociais, em função da diversidade de variáveis que interferem nos

estudos empíricos e que não foram previstas no modelo estatístico proposto. No caso deste estudo, esta interferência apresenta-se de forma clara, visto que em função do objetivo da pesquisa, a maioria das variáveis inseridas no modelo são relacionadas com as informações contábil-financeiras.

A estatística Lambda de Wilks mostrou que ao nível de significância de 0,000, todas as seis variáveis (BANCODAD, CONSULT, DESPARTI, ESCOLARI, FATURAME e PROFIS) apresentaram poder discriminante na classificação dos grupos. A função foi significativa, o que mostra sua validade para o modelo (Tabela 2).

TABELA 2. Análise da Função Discriminante

Correlação Canônica	Lambda de Wilks	Sign
0,5076	0,742312	000,00

A Tabela 3 mostra as cargas e pesos discriminantes das seis variáveis que determinaram a função discriminante. A carga discriminante mede a correlação entre as variáveis e a função obtida. Já os valores dos pesos discriminantes indicam o poder discriminatório de cada variável independente.

Assim, BANCODAD, CONSULT e DESPARTI estão mais correlacionadas com a função gerada. As variáveis BANCODAD, PROFIS, DESPARTI e FATURAM foram as principais a discriminar os grupos.

As variáveis BANCODAD, CONSULT e DESPARTI indicam, respectivamente, a existência de anotações ou registro para formar um banco de dados, a utilização de algum tipo de consultoria externa por parte do produtor e a separação das despesas particulares do proprietário das despesas do próprio negócio. A variável PROFIS indica o uso de instrumentos para o sistema de organização contábil-administrativa e a variável FATURAM indica o

faturamento bruto anual da propriedade. Estas variáveis, contêm informações que estão relacionadas com o perfil contábil-administrativo do produtor e a utilização da informação contábil-financeira, justificando, assim, sua inclusão no modelo.

TABELA 3 - Cargas discriminantes, pesos discriminantes

Variável	Cargas discriminantes	Pesos discriminantes
Bancodad	0,54889	0,72924
Consult	-0,36496	-0,35528
Desparti	-0,30159	-0,48064
Escolari	0,22419	0,34910
Faturam	0,28295	0,46026
Profis	-0,23784	-0,49031

4.2 Tipificação e caracterização do perfil contábil administrativo do produtor rural

A seguir são caracterizados os grupos de produtores rurais em relação à utilização de informações contábeis para o controle da atividade rural, enfatizando a análise das variáveis que determinaram a formação dos grupos.

Considerando a amostra dos produtores, observou-se que dos 360 produtores entrevistados, 81,0% eram de Minas Gerais e o restante de outros Estados, destacando-se os Estados do Espírito Santo e do Rio de Janeiro (Figura 1).

Questionados a respeito do tipo de exploração da propriedade, os entrevistados forneceram as informações constantes da Figura 2, na qual

destaca-se a pecuária leiteira, sendo a agricultura a atividade que aparece em seguida dentre as demais (Figura 2).

Das propriedades pesquisadas, observa-se, pela Figura 3, que 37,0% possuem até 10 alqueires, 34,0% entre dez e quarenta alqueires e o restante de 29,0% acima de quarenta alqueires (Figura 3).

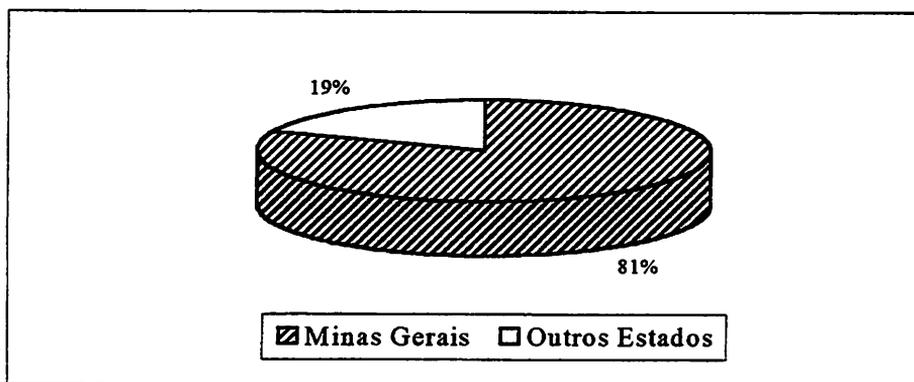


FIGURA 1. Distribuição percentual dos produtores rurais, de acordo com a procedência.

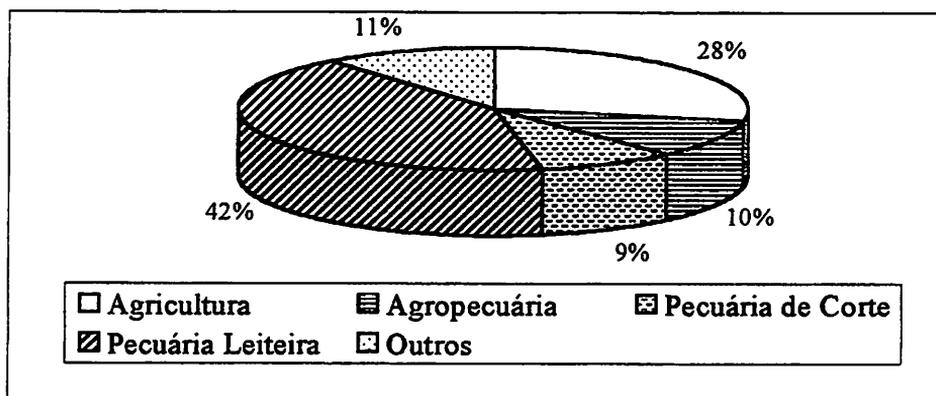


FIGURA 2: Distribuição percentual dos produtores rurais, de acordo com a atividade principal.

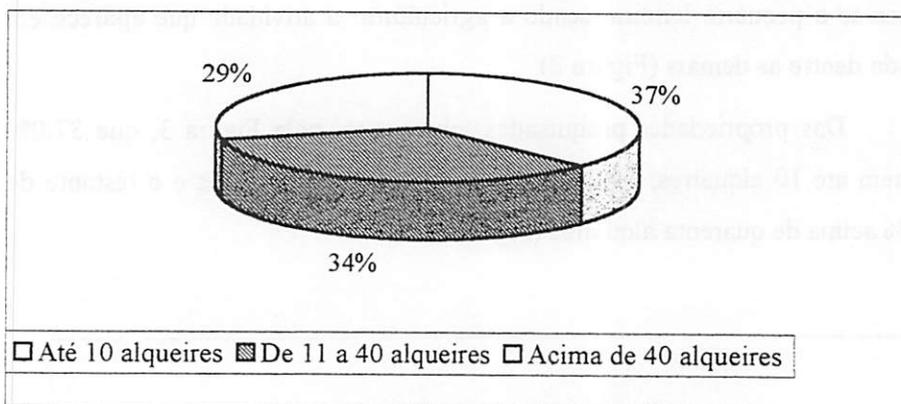


FIGURA 3: Distribuição percentual dos produtores rurais, de acordo com o tamanho das propriedades.

Um outro elemento do perfil dos produtores é a sua experiência na atividade rural. Do total de entrevistados, 4,0% possuem menos de 01 ano de experiência na atividade e 54% acima de 10 anos (Figura 4).

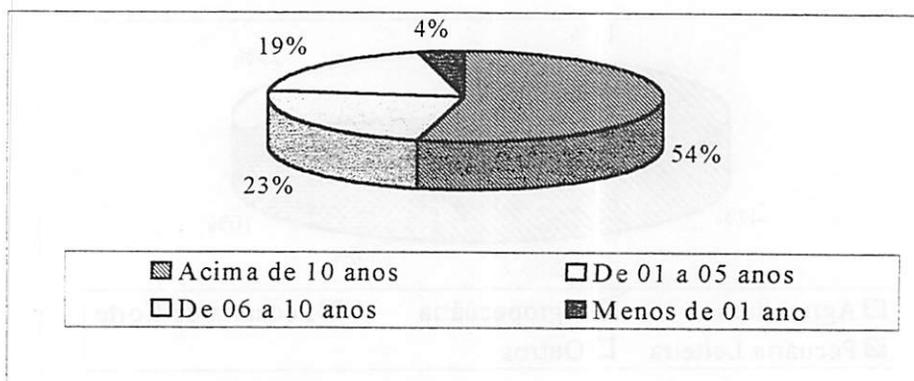


FIGURA 4: Distribuição percentual dos produtores rurais, de acordo com o tempo de experiência na atividade rural.

Em relação à forma de exploração do negócio (Figura 5), a totalidade pesquisada aparece sob a forma de pessoa física, sendo que 74% das propriedades são exploradas por um único proprietário e 16% sob a forma de dois ou mais proprietários. Apenas 5% são exploradas por meeiros e o restante por meio de arrendamento.

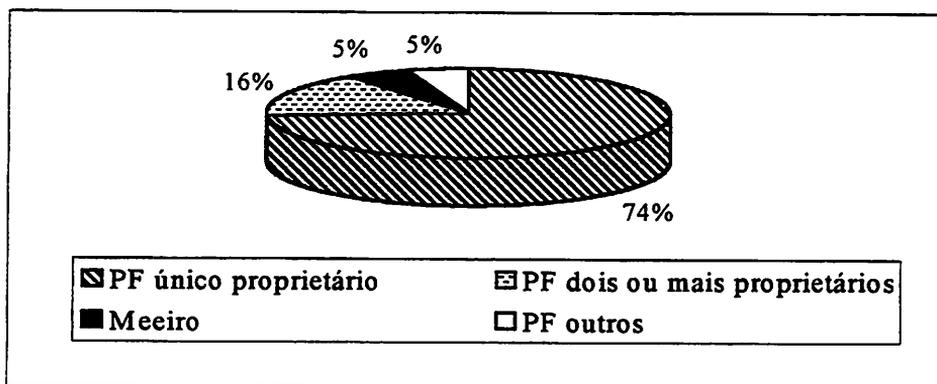


FIGURA 5: Distribuição percentual dos produtores rurais, de acordo com a forma de exploração do negócio agropecuário.

Considerando que os produtores rurais foram tipificados em relação a existência de informações contábeis-financeiras para controle da atividade rural, a seguir faz-se uma análise das variáveis que, pela análise discriminante, determinaram a formação dos grupos.

A análise dos produtores em relação ao grau de instrução, revelou que, ao contrário do grupo 2, o grupo 1 é composto por uma maior proporção de produtores com o nível de instrução até o primário, no total de 67% (Figura 6)

O nível de escolaridade do produtor influencia seu interesse na busca de novos conhecimentos, na medida em que possibilita estabelecer comportamentos mais desejáveis na assimilação e adoção das informações recebidas. Não está se admitindo, com este raciocínio, que este fator seja básico para o aprendizado,

mas é um reconhecimento de que o campo do "saber" se amplia e dinamiza quando sua relação com o conhecimento sistematizado e acadêmico se dá sobre uma base mais elaborada de conhecimento científico (Silva, 1995b).

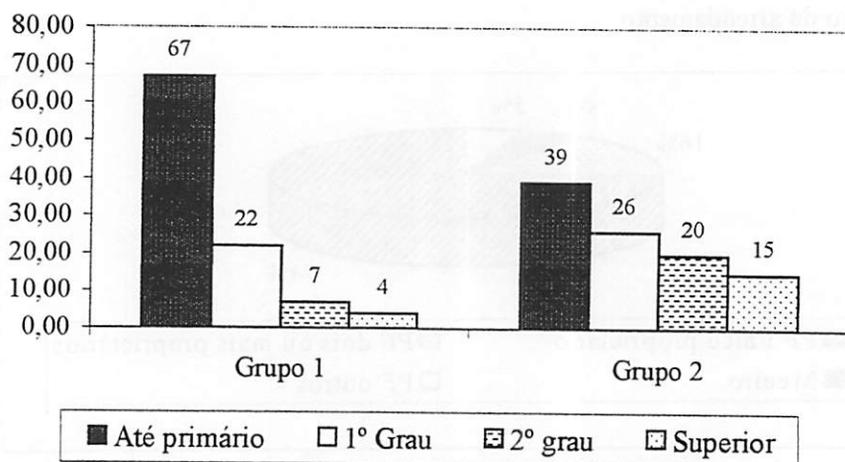


FIGURA 6: Distribuição percentual dos produtores rurais, de acordo com o nível de instrução.

Neste sentido, observa-se que a pouca escolaridade é barreira limitante para o registro, uso e entendimento de informações contábeis-financeiras, como observa-se nestes depoimentos:

"As coisas da terra a gente aprende rápido, já tá acostumado. Mas na hora de ver tudo isto em números fica mais difícil. A gente tem pouca leitura".

"Pode fazer cursos de contabilidade para diminuir os gastos de nossa propriedade. Tem que ser simples, sem complicar com números. Assim, a gente entende".

"Os produtores tem muita dificuldade de mexer com números. Eu também tenho esta dificuldade. Eu não tenho assim tanta, porque isso a minha filha também faz. Porque eu não estudei"

"Acho meio complicado ler os relatórios que vêm. Tenho que ficar pedindo para eles, o que é isso aqui? Eu acho meio complicado, porque vêm do computador, às vezes têm código. É meio complicado. Gostaria que viesse de shorte, pé descalço mesmo. Começa a sofisticar muito, para a gente que não estudou, fica muito difícil. Português descalço, de shorte mesmo. Se ele for bem engravatadinho a gente não consegue entender. Eu falo assim, não precisa de palavra muito técnica. Uma palavra assim que você conheça melhor".

Reafirmando a não utilização de informações contábeis-financeiras pela maioria dos produtores do grupo 1, observa-se, pela Figura 7, que 95% não separam as suas despesas particulares das de seu negócio agropecuário. Isto confirma a falta de controle e organização financeira.

Esta falta de controle, segundo Grateron (1996), limita a capacidade de tomada de decisões do produtor rural, ao comparar o que foi planejado do realizado, a fim de uma imediata ação corretiva.

De maneira geral, observa-se tratar de uma prática comum entre os produtores rurais não levar em conta o postulado da entidade contábil, que tem como principal característica a manutenção dos registros contábeis de forma distinta. Constata-se, assim, que a maioria destes produtores não apura adequadamente o resultado de sua atividade.

Esta prática é mais diferenciada no grupo 2, onde 55% dos produtores fazem diferenciação das despesas, reconhecendo sua importância na gestão do negócio, como se observa nos depoimentos a seguir:

"Os produtores necessitam muito de um curso de Administração Rural. Quase ninguém contabiliza quase nada. Quase ninguém tem nada, nem em folha de papel. No final, é uma coisa só. E isso tá errado".

"Não tem muita organização não, mais ou menos. Mas se não tiver controle, você não sabe o que você está fazendo. Ai, quando

começa a perigar dum lado, você já fica sabendo, pode dar uma freada. Segura mais na casa, ou trabalha mais."

"Meu controle era assim. Data de cio, data de parto e as compras que eu fazia. Eu comprava pão, comprava coisa, juntava as notinhas num prego assim e ia colocando as notinhas. Chegava no final do mês, você recebia aquele leitinho e tirava as despesas que eu tinha e aí eu ia ver o que sobrava. Era assim mais ou menos".

"Eu juntava tudo, as despesas da propriedade com a da casa. Hoje a das vacas é tudo separado. Então, as despesas da casa, o que eu compro fora das vacas, eu não entro no inventário. Vai que eu compro uma coisa pro carro, então esta nota é separada. Eu junto na minha nota que eu compro uma carne, que eu compro um arroz, então ela vai separada".

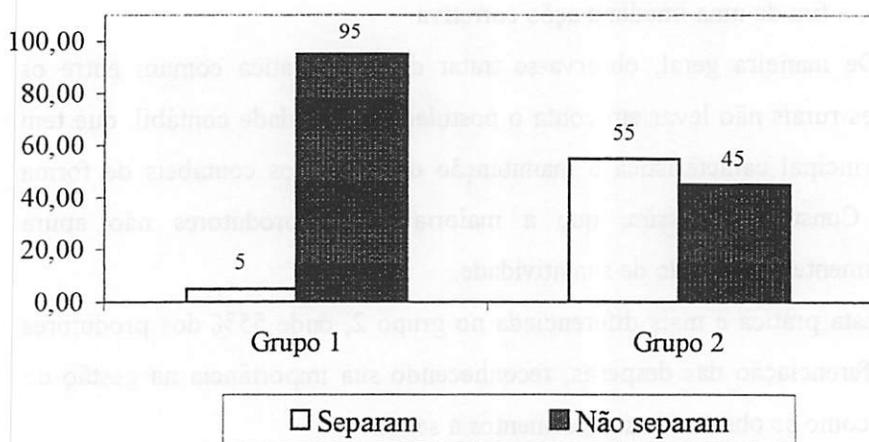


FIGURA 7: Distribuição percentual dos produtores rurais, de acordo com a separação das despesas particulares do negócio agropecuário.

Observa-se, pela Figura 8, que 79% dos produtores do grupo 1 não fazem nenhum tipo de consulta externa a profissionais. Esta prática é mais comum no grupo 2, no qual 59% dos produtores utilizam algum tipo de

consultoria, sendo que a consulta a agentes de cooperativas representam 14%, a profissionais contábeis, 20% e a profissionais da Administração Rural 12%.

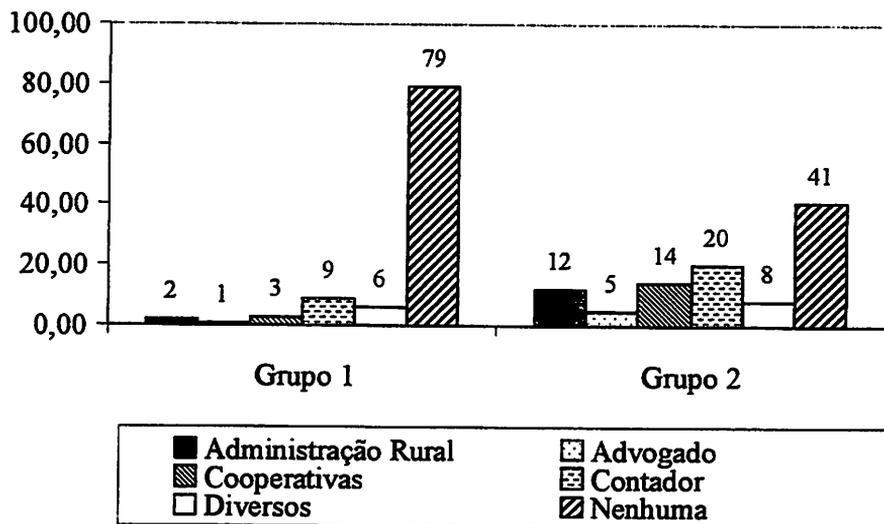


FIGURA 8: Distribuição percentual dos produtores rurais, de acordo com os tipos de consultoria mais utilizados.

Na Figura 9, no que tange à utilização de instrumentos para a organização contábil-administrativa, 66% dos produtores do grupo 1 não utilizam de nenhum instrumento, sendo que 23% e 9% recorrem a escritórios de contabilidade e profissionais da área contábil ou administrativa, respectivamente e apenas 2% utilizam microcomputadores.

Já o grupo 2 é caracterizado pela inversão desta situação. Em sua maioria, 42% recorrem a escritórios de contabilidade, 25% a profissionais da área contábil ou administrativa, 9% utilizam de microcomputador. Somente 24% não utilizam de nenhum tipo de instrumento.

Verificou-se, no entanto, que parte da procura por escritórios de contabilidade está relacionada ao atendimento à legislação fiscal e para a obtenção de financiamento. No primeiro caso, o uso de informações contábeis está diretamente ligado ao faturamento bruto da propriedade. Os produtores, neste caso, reconhecem a necessidade da contabilidade fiscal para efeito da declaração do imposto de renda, sendo que poucos reconhecem a necessidade de um sistema de registro gerencial para sua própria orientação.

Esta tendência é confirmada por Miranda (1982) ao concluir em seu trabalho que o uso da contabilidade, detectado em apenas 2,94% dos produtores da sua amostra, está sempre ligado a acompanhamentos de empréstimos de crédito rural, prestação de contas de espólios ou imposto de renda, sendo que nem a quantidade e a qualidade destes dados permitem que sejam utilizados eficientemente como instrumental de administração financeira da empresa.

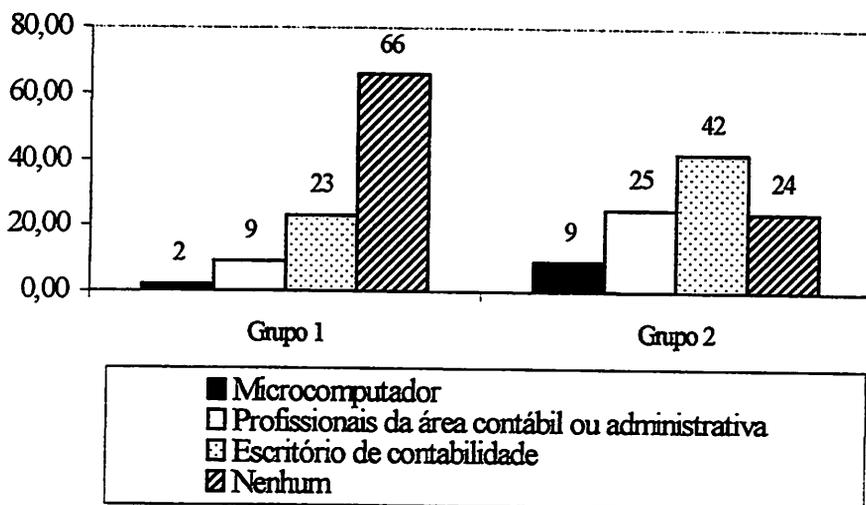


FIGURA 9: Distribuição percentual dos produtores rurais, de acordo com a utilização de instrumentos para a organização contábil-administrativa.

No caso da captação de recursos de terceiros, os produtores precisam de documentos comprobatórios sobre a situação econômico-financeira de sua propriedade, nos quais é avaliada a sua capacidade gerencial de gerar recursos para o ressarcimento do capital pretendido. Neste caso, segundo Tung (1990), essa avaliação baseia-se, principalmente, nos dados financeiros da empresa, o que exige indubitavelmente um sistema de registro adequado.

Para Souza Filho (1979), estes resultados podem ser explicados pelo fato de os produtores rurais, em sua maioria, não terem a habilidade necessária para manipular dados. Conclui o autor que estes produtores percebem sistemas de anotações e controles como meras imposições legais.

Outra variável que determinou a discriminação dos grupos foi o seu faturamento anual. Percebe-se, pela Figura 10, que 83% dos produtores que formam o grupo 1, têm seu faturamento anual abaixo de R\$ 10.000,00. Esta situação é inversa no grupo 2, no qual 59% dos produtores possuem faturamento

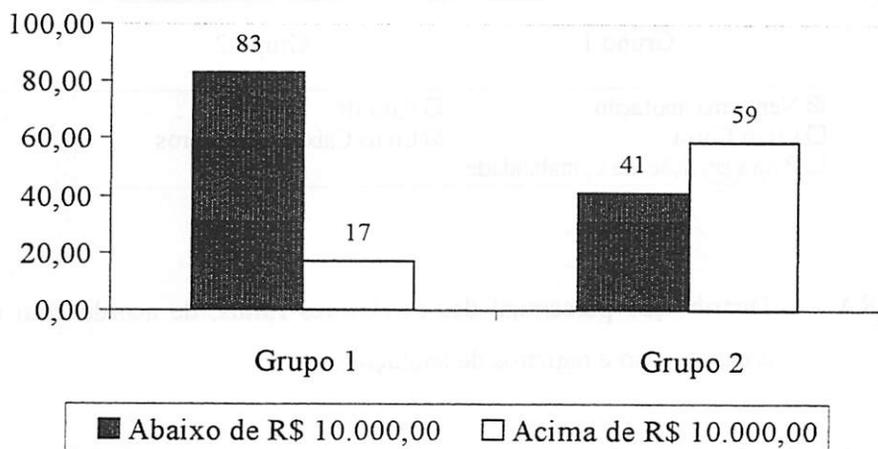


FIGURA 10: Distribuição percentual dos produtores rurais, de acordo com o faturamento anual.

acima de R\$ 10.000,00 o que pode estar relacionado com uma maior organização-contábil administrativa dos produtores, aliado a baixos custos, maior produção e/ou produtividade ou, ainda, melhor sistema de controle.

Admitindo-se dificuldades em registrar os fatos contábeis, observa-se, pela Figura 11, que 66% os produtores do grupo 1, não possuem nenhum tipo de anotação, nem mesmo aquelas mais simplificadas; 20% fazem anotações simples para atender as exigências do imposto de renda e 8% fazem anotações para fins contábeis.

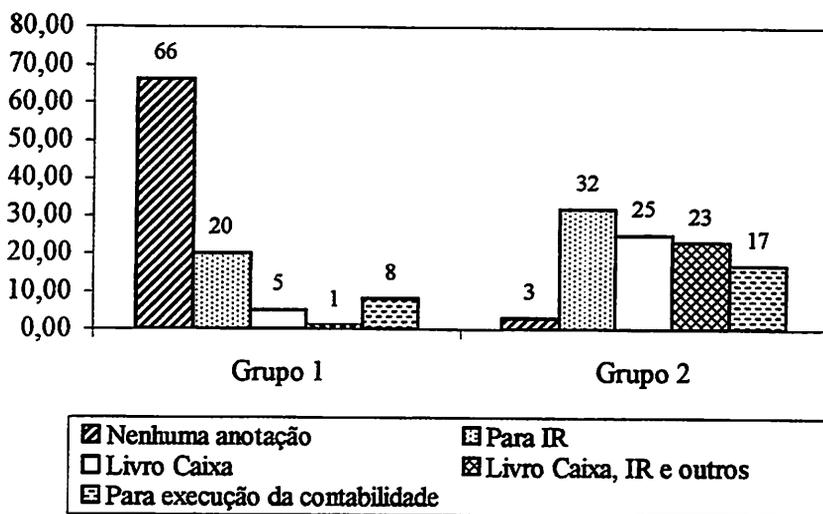


FIGURA 11: Distribuição percentual dos produtores rurais, de acordo com o controle, uso e registros de anotações

Em função disso, observou-se que a maioria das propriedades do grupo 1 vem sendo administrada de forma bastante tradicional. Adota-se uma conduta improvisada nas tomadas de decisão, geralmente baseada nas vendas anteriores, mas desprovidas de qualquer conhecimento técnico no assunto.

Um elemento diferenciador do perfil no grupo 2 é que 97% dos produtores rurais têm algum tipo de anotação, 32% fazem anotações para atender ao imposto de renda, 25% para o livro caixa e 23% possuem registros mais apurados para o livro caixa, imposto de renda e outros. Neste grupo, 17% fazem anotações para a execução da contabilidade, objetivando apurar o resultado da atividade econômica.

Estes resultados confirmam a pesquisa de Pereira Neto (1989), o qual conclui que, apesar dos produtores rurais encararem suas propriedades como fonte de renda, direcionando-as ao objetivo do lucro, percebeu-se que grande parte desses empresários encontra-se alienada quanto a utilização da informação na gestão de seus negócios, baseando suas decisões apenas pelo "senso comum".

Nesta mesma linha, Rufino (1977) evidencia a pouca predisposição dos produtores rurais em utilizar os mecanismos da função controle, confirmando que tais mecanismos são vistos apenas como um instrumento capaz de verificar o resultado financeiro de determinado período e não como ferramentas analíticas para suporte de suas tomadas de decisões.

Observou-se, pela análise qualitativa, que os produtores pertencentes ao grupo 2 são mais receptivos às mudanças tecnológicas e estão investindo na propriedade, apresentando um melhor desempenho na execução dos registros contábeis. Muitos deles conseguem analisar os dados gerados chegando a algumas conclusões, ainda que de maneira restrita, como se observa pelos depoimentos a seguir:

"A gente fazia empréstimo para comprar máquinas, mas tinha controle, anotava tudo que gastava, porque senão você começa a gastar mais do que ganha (...) A gente fazia financiamento e cada centavo que a gente pegava no banco, era investido ali. E a preocupação da gente era fazer as colheitas, cobrir o banco e juntar um pouquinho, fazer uma reserva. Assim, para uma doença, sempre tem uma reserva".

"Tenho um vargeiro todo mecanizado, mas isso foi a custa de muito trabalho.(...). Mas eu tinha noção do que podia pagar. Quando eu vendia a safra, sempre sobrava aquele tanto; as despesas eram mais ou menos fixas, porque eu controlava tudo".

"Eu tive problemas reprodutivos, mas o veterinário descobriu que eu usava sêmen de baixa fertilidade. Mudei tudo. Mas quero reinvestir mais. Para aumentar o sitio, tem que estar aí com uns trezentos a quatrocentos litros de leite. O que eu tirar acima já começa a ser lucro. Tudo que a gente faz, foi só reinvestindo".

"Não tenho noção do meu patrimônio. Para fazer investimentos e ver se tem condição de pagar, eu baseei assim nas vacas que eu tenho, nas previsões de parto, saber o leite que mais ou menos vai entrar. Quando eu fui ver PRONAF, o juro é fixo, é barato, este dá condição de pagar. Porque eu tinha previsão de parto, tinha a previsão de entrega para o laticínio de tantos litros, de um INSS mais ou menos, e do frete".

Um outro aspecto observado é que alguns produtores, dentro da sua racionalidade, adotam e ressaltam a importância de alguns princípios e convenções contábeis, mesmo sem ter conhecimento deles, conforme descrito a seguir:

"A gente depende da terra, tem que continuar nela. Tem que fazer tudo para dar certo. Tem que investir nela. Tem que ter melhor controle possível da atividade onde se trabalha (Postulado da continuidade).

"A vantagem do controle é saber quanto gastei e quanto arrecadei, e, dependendo do resultado a gente procura sempre aumentar a produção" (Princípio da realização da receita e confrontação das despesas).

"O preço por litro, a gente joga sempre por baixo. Então, mais ou menos eu vou receber o valor total; tem até as datas mais ou menos. Eu vou trabalhando em cima disto aqui. Eu jogo por baixo,

para a gente tentar ultrapassar para garantir" (Convenção do conservadorismo).

"Você produz e está um preço, quando você vai soltar no mercado, tá outro. Quando eu fui fazer financiamento para comprar o refrigerador, fizeram para mim o litro de leite a trinta centavos, mas quando eu fui vender, vendi a dez. Tem que ter muito cuidado e trabalhar sempre com o mínimo. Fazer planejamento em cima daquilo, bem por baixo, se não fizer bem calculado, aí se dana todo" (Convenção do conservadorismo).

Um aspecto fundamental que deve ser reconhecido é que os produtores rurais, apesar das dificuldades encontradas na utilização de sistemas contábeis, têm consciência da importância da contabilidade como fonte de informações gerenciais para a empresa rural. Esta importância diz respeito à apuração do custo real dos produtos, ao desempenho financeiro por produto e da sua atividade como um todo, bem como da evolução do seu patrimônio, conforme testemunham estes depoimentos:

"É importante a contabilidade, pois assim a gente tem melhor controle possível da atividade onde se trabalha, o controle de custos e o valor do patrimônio".

"É importante, pois tem maior transparência quanto aos custos reais de cada produto de uma forma geral, e o controle quase que total da propriedade".

"Através dela eu posso realmente saber o que devo melhorar ou abandonar".

"Para que tenhamos base real para uma tomada de decisão, como mudar de atividade. As margens de lucro se estreitaram e quem não tiver uma visão real de sua atividade pode perder, além de dinheiro, outro patrimônio que é seu próprio tempo"

"Maior certeza na ampliação da produção define melhor o momento de crescer em função da expectativa do mercado".

"A partir do custo real sabe-se qual a margem de resultado quando da venda por produto e da atividade como um todo; só tenho uma avaliação superficial da evolução do patrimônio por falta de dados contábeis".

A contabilidade na propriedade rural não tem apresentado um resultado definido, destacando-se como uma das técnicas administrativas que maior porcentagem de produtores deixam de realizar (Santos, 1991). Para Salles (1981), isso leva a crer que a adoção de técnicas e métodos por parte de um produtor rural dependerá da adequação à sua realidade prática, visto que as técnicas e métodos administrativos propostos por muitos autores são demasiadamente sofisticados para o empresário rural.

Esta constatação é confirmada por Franco Junior (1984) ao concluir que há inadequação dos sistemas de escrituração e contabilidade agrícola no Brasil, considerando que as adaptações, partindo de modelos importados ou de outros setores empresariais brasileiros, não levaram em consideração as peculiaridades do setor rural do país. Apesar de reconhecerem a sua importância como instrumento de planejamento e controle, é encarada como uma técnica complexa que despense muito tempo, tendo os produtores dificuldade no controle de seus custos, principalmente na determinação de critérios de rateios, além do desconhecimento das técnicas de controle, conforme demonstram os depoimentos a seguir:

"Nossa região tem sido assolada por um longo período de seca e este fenômeno atrapalha no controle de custos, além da gente não saber como se faz direito determinados custos".

"A gente não tem muito tempo não e, para calcular o custo, precisa de tempo, pois demora muito e a gente vê pouco retorno".

"Tenho desconhecimento das técnicas de controle de custos, mas o meu maior problema é ratear os gastos comuns a outros produtos e separar investimentos de manutenção".

"Não tenho nenhum controle, pois falta orientação (em torno de 40%) e desinteresse (desmotivação) para o controle".

"Estou tendo dificuldades na implantação e acompanhamento. Falta organizar o roteiro contábil, uma vez que a fazenda ainda está sendo estruturada e em fase de investimentos".

"Preciso ampliar e aprofundar o meu conhecimento em relação à técnicas de custos para melhor elaborar o meu resultado final".

A constatação de que o perfil contábil-administrativo do produtor rural está sendo alterado pode ser visualizada na predisposição dos produtores em participar de cursos na área contábil-administrativa. Em resposta ao questionamento feito aos produtores se gostariam de participar de cursos na área, 88% gostariam de participar, 7% preferem consultar profissionais externos e apenas 5% acham desnecessário (Figura 12). Estes resultados confirmam o

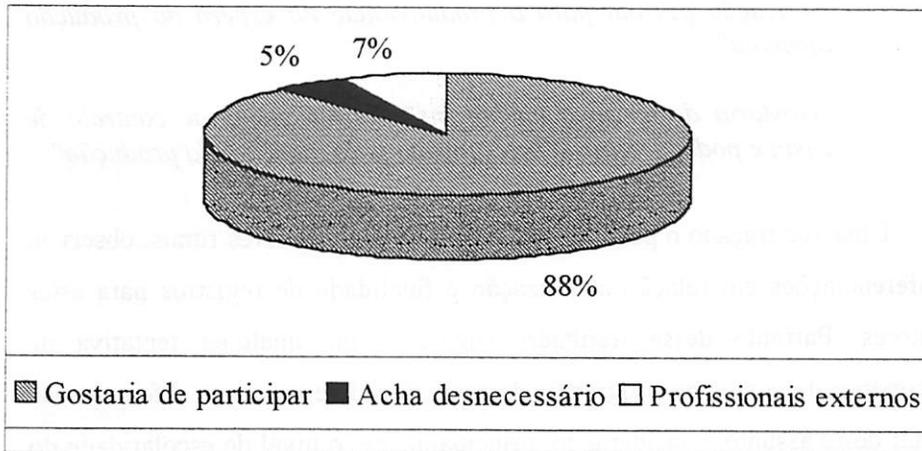


FIGURA 12: Distribuição percentual dos produtores rurais, de acordo com o interesse por cursos na área contábil-financeira.

trabalho de Procópio (1997) que, de certa forma, deixa a expectativa de que, num futuro próximo, seja possível a execução de um trabalho de conscientização

sobre a relevância da utilização de informações contábeis e administrativas para a eficiente gestão do negócio agropecuário.

Pelas sugestões a respeito do conteúdo dos cursos, observou-se a existência de um interesse específico pelo controle de custos, como disseram alguns produtores:

"Acho que deveria ter cursos nesta área com mais diversificação de modalidades, pois hoje o produtor tem de entender profundamente de custos, número, leis e normas para melhor administrar sua propriedade."

"Um curso que ensine a criar uma ficha de controle, com os dados principais".

"Curso com esquema simples, porém objetivo de análise de custos de produção de gado para abate (corte) e de leite e queijo (pequena queijaria na fazenda)".

"Contabilidade simplificada para o pequeno produtor com motivação pessoal para a produtividade na espera da produção agrícola".

"Gostaria de ter uma melhor visão das técnicas de controle de custo e poder separar o investimento para aumento da produção".

Uma vez traçado o perfil dos dois grupos de produtores rurais, observou-se diferenciações em relação a utilização e finalidade de registros para estes produtores. Partindo desse resultado, sugere-se que qualquer tentativa de oferecimento de cursos ou programas de extensão adote maneiras diferenciadas de tratar deste assunto, considerando, principalmente, o nível de escolaridade do produtor, que foi um dos fatores limitantes para a adoção de um sistema contábil.

Observando-se a separação dos dois grupos, poderão ser oferecidos cursos baseados na contabilidade simplificada, mostrando que simples anotações das despesas e das receitas de suas atividades constituem uma fonte de dados e

informações úteis para o controle e tomada de decisão. Estes cursos e programas, sem dúvida, serão mais eficientes quando planejados para grupos homogêneos, permitindo a elaboração de práticas, material, conteúdo e acompanhamento adequados para cada grupo.

5 CONCLUSÕES

De acordo com os objetivos propostos, este trabalho visou tipificar e caracterizar produtores rurais em relação ao uso de instrumentos para o controle da atividade, a partir de uma amostra de 360 produtores de vários Estados do país e diversificadas atividades econômicas.

O estudo identificou dois grupos de produtores: o grupo 1, constituído de 126 produtores que não utilizam informação contábil e o grupo 2, com 264 produtores que a utilizam. Com a aplicação da Análise Discriminante, obteve-se a equação discriminante, que identificou seis variáveis responsáveis pela formação dos dois grupos.

O percentual de acerto na classificação dos produtores foi de 75%, considerado representativo, tendo em vista os resultados apresentados na literatura da Análise Discriminante. A função discriminante estimada, apesar de apresentar alta significância, apresentou baixo poder de ajuste aos dados, o que é justificado em ciências sociais, em função da diversidade de variáveis que interferem nos estudos empíricos e que não foram previstas no modelo estatístico proposto.

Traçado o perfil dos dois grupos de produtores, complementados com os dados qualitativos, foi possível obter alguns resultados conclusivos. O primeiro grupo foi composto por 126 produtores que não utilizam informações contábeis-financeiras para o controle da atividade rural. Constatou-se uma maior proporção de produtores com um baixo nível de instrução que, na sua maioria, não separam suas despesas particulares das do negócio, confirmando a falta de controle e organização financeira.

Foram identificados neste grupo também a inexistência da utilização de consultorias externas, de instrumentos para a organização contábil e de um baixo faturamento anual. A maioria destes produtores não utiliza nenhum tipo de registro ou anotações, administrando a propriedade de forma bastante tradicional e adotando uma conduta improvisada nas tomadas de decisão, desprovida de qualquer conhecimento técnico.

O segundo grupo, composto por 234 produtores que utilizam de informações contábil-financeiras, foi formado por produtores com um maior nível de escolaridade e, que possuem um maior controle e organização de sua atividade. São produtores que recorrem a consultorias externas de profissionais de diversas áreas, utilizam mais instrumentos para sua organização contábil-administrativa e obtêm faturamento superior ao do primeiro grupo. A maioria dos produtores possui algum tipo de anotação contábil, mas poucos a utilizam para apurar os resultados econômicos da atividade.

A partir da análise geral dos resultados discutidos neste trabalho, pôde-se concluir que, de modo geral, o papel da contabilidade de gerar informações que permitam a tomada de decisão não tem sido aplicado. Apesar de grande parte dos produtores manter alguma forma de anotação, são poucos os que mantêm registros mais apurados. A sua utilização pela maioria dos produtores está relacionada ao atendimento à legislação fiscal e para a obtenção de crédito junto as instituições bancárias.

Observa-se, porém, que, apesar de a contabilidade ser encarada como uma técnica complexa e que despende tempo, não é descartada a sua importância como fonte de informação gerencial para a gestão dos negócios agropecuários. Há interesse e predisposição dos produtores em participar de cursos e atividades nesta área para melhor conhecimento e aplicação das técnicas contábeis.

Em termos gerais, os resultados desse estudo permitem considerar o processo de tipificação como um instrumento de grande valia para auxiliar no

desenvolvimento de programas relacionados à contabilidade rural, podendo ser utilizados na formulação de propostas de ações coerentes que considerem as características de cada grupo de produtores, com a finalidade de buscar maior eficiência e melhores resultados para as iniciativas a serem implementadas.

Adicionalmente, espera-se que este trabalho venha servir como referência para futuras pesquisas, destacando a necessidade do desenvolvimento de trabalhos que procurem auxiliar o produtor rural a organizar seus controles econômico-financeiros, conscientizando-os das vantagens de ter em mão dados e resultados de suas atividades. Sugere-se que sejam incluídas novas variáveis relacionadas a aspectos sociais e tecnológicos para que os resultados possam ser mais conclusivos.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR, E. **Pesquisa qualitativa. Texto para leitura da disciplina Pesquisa Qualitativa.** Lavras:DAE/UFLA, 1996. 32p.
- ALMEIDA E CURTI, M. I. de . **O fluxo econômico e o fluxo financeiro como instrumento de tomada de decisões.** Lavras:ESAL, 1991.128p. (Dissertação - Mestrado em Administração Rural).
- ANDERSEN, A. **Normas e Práticas Contábeis no Brasil.** São Paulo:Atlas, 1991. 612p.
- ANTONIALLI, L.M. **A bússola da produção. Produtor Parmalat,** São Paulo, v.1, n.8, p. 30-34, out.1997.
- ARIEIRA, J. O. de; **Sistemas tecnológicos na pecuária leiteira: uma abordagem multivariada.** Lavras: UFLA, 1997. 65p. (Dissertação - Mestrado em Administração Rural).
- ASSAF NETO, A., SILVA, C. A. T. **Administração do Capital de Giro.** São Paulo: Atlas, 1995. 200p.
- BARROS, A. J. P. de; LEHFELD, N.A.S. de; **Fundamentos de Metodologia - Um guia para a iniciação científica.** São Paulo: McGraw-Hill, 1986. 132p.
- BRAGA, R. **Fundamentos e Técnicas de Administração Financeira .**São Paulo: Atlas, 1989. 408p.
- BRITO, M. J. de; BRITO, V. da G. P.; FERREIRA, R. de C. **Comprometimento Organizacional: um estudo multivariado do vínculo indivíduo-organização. Cadernos de Administração Rural,** Lavras, v.7, n.2, p: 158-181, jul/dez. 1995.
- CREPALDI, S. A. **Contabilidade rural: uma abordagem decisorial.** São Paulo:Atlas, 1998. 352p.

- CUNHA, W. G. da. **A importância da análise econômico-financeira como parâmetro decisório e controle empresarial: Um estudo de caso em cooperativas agrícolas.** Lavras:ESAL, 1987, 455p. (Dissertação - Mestrado em Administração Rural).
- FERNANDES, T.A.G. **Identificação de Sistemas de Produção de Leite - Um Estudo de Caso em Minas Gerais.** Viçosa:UFV, 1988, 68p (Dissertação - Mestrado em Economia Rural).
- FORTES, N.T., **Tipificação de estabelecimentos agropecuários e a programação da extensão rural.** Viçosa: UFV, 1981, 219p. (Tese - Doutorado em Economia Rural).
- FRANCO JUNIOR, C.F. **Contabilidade agrícola: Uma análise histórica e empírica para o sudoeste brasileiro.** Piracicaba: ESALQ, 1984, 128p. (Dissertação - Mestrado em Agronomia).
- FRÚGOLI, L.E. **Seminário de Administração Rural: Sistema contábil de informações.** São Paulo: Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, 1977. 38p. (Apostila).
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3.ed. São Paulo: Atlas, 1995. 159p.
- GITMAN, L.J. **Princípios de Administração Financeira.** São Paulo: Harper & Row do Brasil. 1984. 781p.
- GRATERON, I. R. G. **Contabilidade de animais difíceis de ser inventariados.**In: MARION, J.C.Coord. **Contabilidade e Controladoria em Agribusiness.** São Paulo:Atlas, 1996.Cap.2,30-42.
- GREEN, P.E. **Analyzing Multivariate Data.** The Dryden Press, USA, 1978.
- HAIR JR., J.F.; ANDERSON, R.E.; TATHAM, R.L.; BLACK, W.C. **Multivariate data analysis.** 4ed. Englewood cliffs: Prentice Hall, 1995. 745p.
- HARRIS, R. J. **A primer of multivariate statistic.** New York, Academic Press, 1975. 332p.
- IUDÍCIBUS, S. de, MARION, J.C. **Manual de Contabilidade para não contadores.** 2.ed. São Paulo: Atlas, 1990. 266p.

- IUDÍCIBUS, S. de, **Teoria da Contabilidade** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1993. 350p.
- LEITÃO E SILVA, J. **Administração Rural - Contabilidade e Administração**. Viçosa:Imprensa Universitária, 1972. 231p.
- LEITE, H.P de. **Contabilidade para Administradores**.2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.317p.V.1.
- LEMES, S. **Contabilidade na Agropecuária**. In: MARION, J.C.Coord. **Contabilidade e Controladoria em Agribusiness**. São Paulo:Atlas, 1996.Cap.2,30-42.
- LEONE, G.S.G. **CUSTOS: Planejamento, Implantação e Controle**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1996. 512p.
- MAN YU, C., SEREIA, J.V. , **Tipificação e caracterização dos produtores rurais do Estado do Paraná**. Londrina, IAPAR, 1993. 169p.
- MARION, J.C. **Contabilidade Empresarial**. 4. ed. São Paulo: Atlas,1993.540p.
- MARION, J.C. **Contribuição à contabilidade da pecuária bovina de corte**. São Paulo: FEA, 1982. 237p. (Dissertação - Mestrado em Contabilidade).
- MARTINS, E. **Contabilidade de Custos**. 5. ed. São Paulo:Atlas, 1996. 384p.
- MARTINS, G.A. de; **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1994. 116p.
- MATARAZZO, D.C. **Análise Financeira de Balanços -Abordagem Básica e Gerencial**. 3.ed. São Paulo:Atlas, 1994.463p.
- MATTAR, F.N. **Pesquisa de marketing**. São Paulo: Atlas, 1996. 270p.
- MATTOS, Z. P. de B., **Contabilidade e Contabilidade Rural. Preços Agrícolas**. São Paulo: USP-ESALQ-DESR e FEALQ/CEPEA. v.2, n.125, p. 18 a 21. março/1997.
- MIRANDA, C.T., **Tecnologia, administração rural. Estrutura predial. Componentes da tipificação de empresas cacauceiras no Estado da Bahia**. Lavaras:ESAL, 1982. 53p. (Tese - Mestrado em Administração Rural).

- MOST, K.S. Accounting theory. 2.ed. Columbus:Grid, 1982. 745p.**
- NAKAGAWA, M. Conceitos de contabilidade gerencial aplicados às pequenas e médias empresas. São Paulo: USP, 1976. 169p. (Dissertação - Mestrado em Contabilidade e Atuária).**
- NEGREIROS, M.C.T. Análise discriminante: Uma aplicação ao corpo de bombeiros do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro:PUC, 1980. 43p. (Tese - Mestrado em Engenharia Industrial).**
- NORONHA, J.F. Projetos Agropecuários: administração financeira, orçamento e viabilidade econômica. 2.ed. São Paulo:Atlas, 1987.269p.**
- OLIVEIRA, G.N. de, Tipificação de propriedade rural usuária de energia elétrica no Estado de Minas Gerais. Viçosa: UFV, 1995. 83p. (Dissertação - Mestrado em Extensão Rural).**
- PADOVEZE, C.L. Manual de contabilidade básica 2ed. São Paulo: Atlas, 1991, 295p.**
- PANIAGO JUNIOR., E. Tipificação de estabelecimentos canavieiros da microrregião do Brejo Paraibano. Viçosa, UFV, 1986. 51p. (Tese - Mestrado em Extensão Rural).**
- PEREIRA NETO, J. Percepção e orientação normativa de empresários rurais associada ao resultado econômico de suas empresas. Lavras:ESAL, 1989. 91p.(Dissertação - Mestrado em Administração Rural).**
- PROCÓPIO, A.M. A utilização de modelos decisórios contábeis pelo pequeno e médio produtor rural - Um estudo na região de Ribeirão Preto. São Paulo: FEA, 1997, 155p. (Dissertação - Mestrado em Contabilidade e Controladoria)**
- ROSS S.A.; WESTERFIELD, W.R.; JAFFE,F.J. Administração Financeira, São Paulo: Atlas, 1995.698p.**
- RUFINO, J.L. dos S. Fatores controláveis que afetam a renda da empresa agrícola: o caso da cafeicultura no município de Nepomuceno-MG. Lavras:ESAL, 1977. 87p. (Dissertação - Mestrado em Administração Rural).**

- SALLES, S.B.de, Efeitos de um sistema de registros agropecuários na eficiência gerencial do empresário rural: O caso do sistema Fidene no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 1981. 98p. (Dissertação de Mestrado).**
- SANTOS, M.R.S.M. dos. Contabilidade Rural: Um Enfoque Gerencial. Piracicaba, ESALQ, 1991, 274p.(Dissertação - Mestrado em Agronomia)**
- SELLTIZ, C. et. al. Métodos de pesquisa nas relações sociais. São Paulo: E.P.U., 1975. 685p.**
- SILVA, E. de L. de. A importância da contabilidade gerencial para o processo de planejamento e controle. In: XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE. Salvador, Ba. 1992. V.4. p.269-279.**
- SILVA, J.P. da. Análise financeira das empresas. 3.ed. São Paulo:Atlas, 1995a. 484p.**
- SILVA, U.M. Extensão Universitária: a interação do conhecimento na Semana do Fazendeiro. Viçosa, UFV, 1995b. 199p. (Tese - Mestrado em Extensão Rural)**
- SOUZA FILHO, A.A. de Atitudes de empresários rurais em relação a recursos administrativos e suas associações com índices das empresas rurais. Lavras: ESAL, 1979. 112p. (Dissertação - Mestrado em Administração)**
- SOUZA, R. de; GUIMARÃES, J.M.P.; VIEIRA, G. et al. A Administração da Fazenda. São Paulo: Globo, 1992, 211p. (Coleção do Agricultor, Economia).**
- TUNG, N.H., Planejamento e controle financeiro das empresas agropecuárias. São Paulo: Edições Universidade-Empresa, 1990. 382p.**

ANEXOS

Anexo I – QUESTIONÁRIO (Pesquisa Quantitativa)

PERFIL CONTÁBIL-ADMINISTRATIVO DO PRODUTOR RURAL

1 - Dados sobre a propriedade:

Localização - Cidade: _____ Estado: _____
Atividade principal: _____
Atividade secundária: _____
Tamanho da propriedade: _____ hectares

2 - Tempo de participação na Semana dos Fazendeiros

- primeira vez
- de 01 a 05 anos
- de 06 a 10 anos
- mais de 10 anos

3 - Tempo de experiência na atividade rural

- menos de 01 ano
- de 01 a 05 anos
- de 06 a 10 anos
- acima de 10 anos

4 - Você tem uma conta bancária individualizada para os seus negócios agropecuários?

Sim () Não ()

5 - Você separa as suas despesas particulares das despesas do seu negócio?

Sim () Não ()

6 - Você tem algum tipo de anotação ou registro para formar um banco de dados facilitando a tomada de decisões?

- nenhum tipo de anotações
- anotações simples para atender ao Imposto de Renda
- anotações simples para fazer um livro caixa
- anotações simples para atender ao Imposto de Renda, fazer um caixa e outras finalidades
- anotações para a execução da Contabilidade

7 - Quando há anotações, quem é responsável em fazê-las?

- empregado(s)
- proprietário(s)
- familiares do(s) proprietário(s)
- outros

8 - Para o seu sistema de organização contábil-administrativa, quais dos instrumentos abaixo você utiliza?

- profissionais da área contábil ou administrativa
- escritórios de contabilidade
- microcomputador
- outros

9 - Você dispõe de alguma informação contábil-financeira para o controle de suas atividades:

Sim ()

Não ()

10 - Você já utilizou algum tipo de consultoria externa? Efetuada por:

- advogado
- contador
- agentes de cooperativas
- marketing
- administração rural
- nenhuma

11 - Qual é o tipo societário ou forma de exploração do seu negócio?

() Pessoa Física

() Pessoa Jurídica

..... único proprietário

..... empresa individual

..... dois ou mais proprietários

..... limitada

..... consórcios

..... sociedade anônima

..... comodato

..... outros

..... meeiro

12 - Qual é o seu faturamento (total de vendas) anual?

- abaixo de R\$ 10.000
- entre R\$ 11.000 a R\$ 100.000
- entre R\$ 101.000 a R\$ 500.000
- acima de R\$ 500.000

13 - Conhece algum sistema de financiamento de recursos para o setor?

sim

não

14- Sendo oferecido algum curso na área contábil-administrativa:

gostaria de participar

acha desnecessário

prefere contratar profissionais externos

Outros

15 - Nível de escolaridade do respondente:

Até o primário

1º grau

2º grau

Superior

ANEXO II - Roteiro de Entrevista (Pesquisa Qualitativa)

**PERFIL ADMINISTRATIVO CONTÁBIL
DO PRODUTOR RURAL**

1. Quais informações contábeis e financeiras de que você necessita para melhor administrar sua atividade?

custo real dos seus produtos

produtos que deram lucro ou prejuízo

desempenho financeiro por produto e da atividade como um todo

evolução do seu patrimônio através dos anos

outros - Especificar _____

2. Explique por que necessita das informações marcadas na questão acima:

3. Você possui controle de custos das suas atividades?

Sim

Não

4. Se já possui algum controle de custos, quais as principais vantagens que ele lhe proporciona?

5. Se existe controle de custo em sua atividade, está satisfeito com a precisão do seu método de controle ?

Sim

Não

6. Caso não esteja satisfeito, quais as principais dificuldades para controle dos custos?

contabilizar o que está sendo gasto

encontrar critérios para ratear os gastos que são comuns a vários produtos

tempo (cálculos demandam muito tempo)

desconhecimento das técnicas de controle de custos

outros - especificar _____

7. Se não utiliza nenhum tipo de controle de custos, quais são suas principais dificuldades para utilizá-los?

8 - Dê sugestões de cursos na área contábil financeira para que possamos melhor atendê-lo nas próximas Semanas do Fazendeiro.
